**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA**

RENATA DA CONCEIÇÃO DA SILVA PINHEIRO

PERVASIVIDADE DE GÊNERO E ABUSO SEXUAL INFANTIL: Como o gênero afeta as diversas respostas de suporte social envolvidas no processo pós-revelação.

**São Paulo
2021**

RENATA DA CONCEIÇÃO DA SILVA PINHEIRO

PERVASIVIDADE DE GÊNERO E ABUSO SEXUAL INFANTIL: Como o gênero afeta as diversas respostas de suporte social envolvidas no processo pós-revelação.

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia Kami Bastos Oshiro

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pinheiro, Renata da Conceição da Silva

Perspectiva de gênero e abuso sexual infantil: como a construção social de gênero influencia as respostas da comunidade frente a ocorrência de abuso sexual infantil. / Renata da Conceição da Silva Pinheiro; orientador Claudia Kami Bastos Oshiro. -- São Paulo, 2021.

84 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2021.

1. gênero. 2. abuso sexual infantil. 3. análise do comportamento. 4. feminismo. 5. cultura. I. Oshiro, Claudia Kami Bastos, orient. II. Título.

Nome: Renata da Conceição da Silva Pinheiro

Título: Perspectiva de gênero e abuso sexual infantil: como a construção social de gênero influencia as respostas da comunidade frente a ocorrência de abuso sexual infantil.

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____.

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Este trabalho é dedicado à Maria das Graças da Silva, minha mãe e primeira
questionadora do mundo que eu conheci.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, ao Universo, à Natureza ou Àquilo ou Àquele(a) a quem eu peço e agradeço sempre.

À minha mãe, Maria das Graças, fonte de força e inspiração infindáveis, obrigada por tudo. Eu só sou eu porque fui você. Ao meu pai, Raimundo Joaquim, meu irmão, Jorge Henrique, e minha cunhada, Nayara Melo, por todo amor, apoio e cuidado nesse processo, por confiarem e acreditarem em mim. Ao André, meu primeiro sobrinho, que está a caminho, só a expectativa da sua chegada já faz tudo, inclusive o doutorado, mudar de lugar na minha vida. À minha enorme família, por me amar e aceitar sempre que eu vou e volto.

À minha orientadora, Claudia Oshiro, por confiar em mim, me apoiar e me proteger nas várias e difíceis etapas desse percurso. Ao LTC, Laboratório de Terapia Comportamental, por todo apoio e companheirismo, em especial à Aline Redressa, Amanda Raña, Daniel Assaz, Elis Ferreira, Fernanda Resende, Gabi Santos e Joana Vartanian pelos dias de almoços e noites de Beco. À Claudia Rocha, por toda a ajuda e confiança. À Tahcita Mizael, por todas as contribuições a esse trabalho e pelo carinho e olhar cuidadoso em todas elas.

Às minhas amigas e amigos, obrigada pelo apoio, pela confiança, pela força e pelas risadas, abraços e cervejas. Obrigada por lerem meu trabalho e fazerem contribuições, por fazerem inúmeros coworkings comigo e praticamente segurarem minha mão quando escrever era mais difícil. Obrigada por tantas vezes transformarem o *meu* problema em *nosso* problema. Nossa... Meu agradecimento especial à Luiza Sbrissa, Lourdes Guimarães, Umbelino Neto, Mariana Sartor, Luisa Schivek, Taynan Bandeira, Nara Rodrigues, Mayara Matos, Thais Carvalho,

Henrique Alves, Mércia Capistrano, Renato Furtado, Fernanda Gurgel, Tiara Vieira, Nazaré Costa, Patrícia Francioli, Andrea Rodrigues, Joyce Costa, Renata Guerda, Anelisa Santana, Camilla Marques, Lidianne Queiroz, Luana Flor e Elisangela Ximenes. Meus sinceros agradecimentos também a Alessandra Villas-Boas e Lucas Barreto por seus papéis tão importantes na minha vida.

Ao João, Juninho, Rafa e Dona Neiva, obrigada por serem casa e família pra mim em São Paulo, e a Betza e Pablo, por serem casa e família pra mim em Barcelona.

À Leonor Cantera, obrigada por todo amor que irradia, pelas conversas, pelos almoços e pelos conselhos. À Marisa e Alicia e todos aqueles da Universidad Autònoma de Barcelona, pelo carinho e suporte.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e do Conselho Tutelar de Fortaleza (CE), pelo trabalho dedicado e por me receberem tão bem.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante o doutorado e doutorado sanduíche no exterior.

Às membras da banca, Carolina Laurenti, Gabriela Reyes, Leonor Cantera e Márcia Melo, obrigada pelo tempo e cuidado dedicados à avaliação deste trabalho.

Às autoras do livro Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento, por aceitarem colocar no papel os seus conhecimentos, contribuindo com as análises realizadas aqui.

E a todos(as) os(as) profissionais que lutam constantemente pelo avanço da ciência, apesar dos constantes golpes ao seu fortalecimento, meu agradecimento e admiração.

“It is so ubiquitous that it is hard even to see it as a context—it is like a fish trying to see water as water.”

Hayes (1987)

RESUMO

Pinheiro, R. C. S. (2021). *Perspectiva de gênero e abuso sexual infantil: como a construção social de gênero influencia as respostas da comunidade frente a ocorrência de abuso sexual infantil*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O abuso sexual infantil é definido pela Organização Mundial de Saúde como todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado ou para a qual não está preparada em termos de desenvolvimento. Este cenário se relaciona diretamente à desigualdade de gênero, que fica evidente no número três vezes maior de meninas abusadas em comparação ao de meninos e no número predominante de abusadores homens em comparação ao de mulheres. No entanto, ainda se discute pouco acerca do seu impacto em outros comportamentos de pais e responsáveis, familiares, redes de apoio, profissionais, dentre outros, frente à ocorrência do abuso. Este estudo buscou analisar a produção científica sobre abuso sexual infantil a partir de uma perspectiva de gênero, visando identificar respostas da comunidade frente ao abuso sexual infantil que são afetadas por vieses de gêneros. Para isto, foram buscados os termos da pesquisa “abuso sexual infantil” AND “gênero” e “*child sexual abuse*” AND “*gender*”, especificados como palavras-chave na seção de pesquisa avançada da base de dados *Sage Journals Online*. Os critérios de amostragem foram definidos como artigos científicos com ano de publicação entre 2016 e 2020. Ao total, seis artigos foram selecionados e contribuíram para a formação de sete categorias de respostas: desacreditar a vítima do sexo feminino, habituar-se ao abuso perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino, culpabilizar vítimas do sexo feminino, culpabilizar mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras, estigmatizar vítimas do sexo feminino, estigmatizar vítimas do sexo masculino e minimizar ou negar o abuso perpetrado por mulheres. Também foram discutidas três categorias de relações implícitas a essas respostas: as que relacionam homens como equivalente a sexo/mulher em oposição a sexo, homem equivalente a poder/mulher equivalente a propriedade e mulher equivalente a cuidado/homem em oposição a cuidado. Este estudo avança em ser uma articulação entre três grandes áreas do conhecimento, gênero, abuso sexual infantil e análise do comportamento, contribuindo ao corpo de estudos da área e fornecendo suporte para pesquisas futuras.

Palavras-chave: gênero, abuso sexual infantil, análise do comportamento, feminismo, cultura.

ABSTRACT

Pinheiro, R. C. S. (2021). *Gender perspective and child sexual abuse: how the social construction of gender influences community responses to the occurrence of child sexual abuse*. Doctoral Thesis, Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo.

Child sexual abuse is defined by the World Health Organization as any involvement of a child in sexual activity that he or she does not fully understand, is unable to give informed consent for, or for which is not prepared in terms of development. This scenario is directly related to gender inequality, which is evident in a number three times bigger of girls abused compared to boys and in the predominant number of male abusers compared to women. However, there is still little discussion about its impact on other behaviors of parents and guardians, family members, support networks, professionals, among others, regarding the occurrence of abuse. This study sought to analyze the scientific production on child sexual abuse from a gender perspective, aiming to identify community responses to child sexual abuse that are affected by gender perspectives. For this, the research terms “child sexual abuse” AND “gender” and “child sexual abuse” AND “gender” were searched, specified as keywords in the advanced search section of the Sage Journals Online database. The sampling criteria were defined as scientific articles with a year of publication between 2016 and 2020. In total, six articles were selected and contributed to the establishment of seven categories of responses: discrediting the female victim, getting used to the abuse perpetrated by males on female victims, blaming female victims, blaming non-perpetrating female mothers and caregivers, stigmatizing female victims, stigmatize male victims, minimize or deny the abuse perpetrated by women and conceal the occurrence of abuse. Three categories of relationships implicit to these responses were also discussed: those that list men as equivalent to sex/woman as opposed to sex, man equivalent to power/woman equivalent to property, and woman equivalent to care/man as opposed to care. This study advances in being a link between three major areas of knowledge, gender, child sexual abuse and behavior analysis, contributing to the body of studies in the area and providing support for future research.

Keywords: gender, child sexual abuse, behavior analysis, feminism, culture.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Perspectiva de Gênero.....	17
1.2 A problemática do Abuso Sexual Infantil.....	20
1.3 Contribuições da Análise do Comportamento para o estudo de gênero.....	24
2 OBJETIVOS.....	29
2.1 Objetivo Geral.....	29
2.2 Objetivos Específicos.....	29
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 Considerações Metodológicas.....	30
3.1.1 Definição.....	32
3.2.2 Busca.....	33
3.1.3 Seleção.....	33
3.1.4 Análise.....	34
3.1.4.1 <i>Codificação</i>	35
3.1.4.2 <i>Categorização</i>	36
3.1.5 Estruturação.....	37
3.2 Considerações Éticas.....	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
4.1 Respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil.....	38
4.1.1 Desacreditar a vítima do sexo feminino.....	40
4.1.2 Habituar-se ao abuso perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino.....	42
4.1.3 Culpabilizar vítimas do sexo feminino.....	44
4.1.4 Culpabilizar mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras.....	45
4.1.5 Estigmatizar vítimas do sexo feminino.....	47
4.1.6 Estigmatizar vítimas do sexo masculino.....	49
4.1.7 Minimizar ou negar o abuso perpetrado por mulheres.....	51

4.2 Descrição dos conjuntos de relações implícitas às respostas anteriores.....	54
4.2.1 Relações homem equivalente a sexo - mulher em oposição a sexo.....	54
4.2.2 Relações homem equivalente a poder - mulher equivalente a propriedade.....	56
4.2.3 Relações mulher equivalente a cuidado - homem em oposição a cuidado.....	58
4.3 Discussão Geral.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A: Quadro com informações dos artigos selecionados na amostragem inicial da literatura.....	76
APÊNDICE B: Quadro com códigos selecionados por referência utilizada.	79

APRESENTAÇÃO

Em maio de 2017, um delegado da Polícia Civil do Distrito Federal foi exonerado por sugerir que crianças são estupradas dentro de casa porque as mães fazem “rodízio de padrastos” (G1 DF, 2017). Apesar de explicitamente punida pela corporação, sua postura ainda representa uma ideia muito comum, mesmo entre profissionais da área, acerca da culpabilização das mães não perpetradoras sobre o abuso sexual sofrido pelos seus filhos e filhas. Ao levar essa discussão para uma disciplina sobre abuso sexual infantil em curso nesta Universidade, fui surpreendida com o endosso de muitos psicólogos àquela afirmação, com o argumento de que muitas de suas clientes com histórico de abuso sexual infantil culpavam às próprias mães pelo abuso, mais que ao próprio abusador, sob justificativa delas terem falhado na função de protegê-las.

Independentemente de onde esteja o cerne da questão acima — se as falas das clientes careceram de uma análise mais abrangente, que reconhece a existência de um contexto que naturaliza a ocorrência do abuso e atribui à mãe a responsabilidade quase que exclusiva pelo cuidado e proteção da criança, ou se foram usadas para justificar pressupostos dos próprios psicólogos —, esse cenário chama atenção para a importância de identificar as diversas variáveis individuais, históricas e culturais que afetam o nosso comportamento, seja como clientes, seja como psicólogas¹. Expressões de um contexto social e cultural maior vão aparecer de diversas formas dentro do nosso consultório e, exatamente porque compartilhamos do conjunto de relações sociais e linguísticas que o estrutura e dá

¹Por ser uma profissão majoritariamente feminina (90%, CFP, 2013), os termos referentes à classe de profissionais da Psicologia serão usados no feminino, conforme orientação do Conselho Federal de Psicologia.

sentido, é que pode ser tão difícil identificá-lo e perceber sua influência. “É como um peixe tentando ver água como água”, como diria Hayes (1987).

O presente estudo é uma proposta de identificação e discussão do impacto de um desses contextos, o das relações sociais de gênero, aplicada à área de abuso sexual infantil. Inicialmente, seriam realizadas entrevistas a mães, pais e responsáveis de crianças sexualmente abusadas que estavam em acompanhamento em um Conselho Tutelar de Fortaleza-CE com o objetivo de identificar como o gênero afeta as diversas respostas de suporte social envolvidas no processo pós revelação. Porém, em função da suspensão das atividades não essenciais pela pandemia de COVID-19, as atividades dos conselhos tutelares foram interrompidas, impedindo o andamento da metodologia inicialmente planejada. Levando em consideração o tempo e problema de pesquisa, optou-se pela realização de uma revisão de literatura com a mesma temática, buscando evidenciar como a construção de gênero afeta as respostas da comunidade frente a ocorrência de abuso sexual infantil. A metodologia de análise de dados, a *Grounded Theory Analysis*, foi mantida, sendo útil frente a pergunta aberta e exploratória dessa pesquisa.

Outra proposta do presente estudo é abordar a temática sob uma perspectiva analítico-comportamental, abordagem de referência da autora. Na tentativa de sistematizar o conhecimento sobre gênero e análise do comportamento, uma parte do período deste doutorado foi dedicado à organização do primeiro livro dedicado ao tema da área — Pinheiro e Mizael (2019). Assim, boa parte dos conceitos de referência utilizados aqui serão resultantes desse material, e guiam desde a abordagem da problemática até a análise de dados e a discussão dos resultados.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para a identificação de algumas das múltiplas influências da construção de gênero em casos de abuso sexual infantil, tanto pela comunidade quanto por profissionais da área, favorecendo, assim, o desenvolvimento de intervenções mais efetivas e de qualidade para o público.

INTRODUÇÃO

Marcadores sociais são sutis e generalizados. Eles existem e exercem influência nos mais diversos setores da sociedade, garantindo privilégios ou marginalizações de acordo com o contexto histórico ou cultural local. Cada pessoa está situada na intersecção de diversos marcadores sociais, como os relacionados a gênero, etnia, orientação sexual, local de origem, religião, dentre outros. O foco do presente trabalho é o marcador social gênero, marcador que estrutura relações desiguais entre mulheres e homens de forma a beneficiar os homens (Saffioti, 2004).

Este marcador impacta em várias áreas, desde a distribuição de salários até a utilização do espaço público. Uma das suas expressões mais visíveis e extremas é a violência contra mulheres e crianças. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), só em 2019, o Brasil teve 1.326 vítimas de feminicídio. Destas, 89,9% com o companheiro ou ex-companheiro como assassino, sendo considerado assim o 5º país no mundo que mais mata mulheres por questões de gênero. A pandemia de COVID-19 e a implantação do regime de isolamento social agravou esse cenário, com um aumento de 2%, referente a 649 vítimas, só durante o primeiro semestre de 2020 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Com relação à violência sexual, o mesmo anuário aponta uma média de 1 estupro a cada 8 minutos em 2019, com 58,8% das vítimas com idade de, no máximo, 13 anos. Mais de 85% das vítimas eram do sexo feminino, e 84,1% dos casos tinha o abusador como conhecido da vítima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). O próprio anuário atribui às desigualdades de gênero a raiz das

relações violentas e hierárquicas apresentadas nesses dados: “a violência está no meio de nós e não é apenas fruto da criminalidade organizada” (Bueno & Sobral, 2020, p. 134).

No entanto, nem sempre essas raízes ficam evidentes ao se discutir esse e outros dados de violência física ou simbólica. Como aponta Ruiz (2003), a desigualdade de gênero é perversa e inconspícua, ou seja, ela afeta uma ampla variedade de comportamentos de modo muitas vezes sutil e pouco identificável. No campo do abuso sexual infantil, por exemplo, o impacto do gênero fica evidente no número três vezes maior de meninas abusadas em comparação ao de meninos e no número predominante de abusadores homens em comparação ao de mulheres (Stoltenborgh et al., 2011), mas ainda discute-se pouco acerca do seu impacto em outros comportamentos (de pais e responsáveis, familiares, redes de apoio, profissionais, dentre outros) frente à ocorrência do abuso sexual infantil.

Nesse sentido, este estudo buscou discutir como a construção de gênero influencia as diversas respostas da comunidade frente ao abuso sexual infantil a partir da análise da literatura sobre abuso sexual infantil, usando como metodologia a Teoria Fundamentada em Dados e como referencial teórico a Análise do Comportamento. Para isto, nas próximas seções, serão discutidos mais detalhadamente do que se trata a perspectiva de gênero, sua implicação com a problemática do abuso sexual infantil e como a análise do comportamento pode contribuir para a investigação aqui proposta.

1.1 Perspectiva de Gênero

Para compreender do que se trata a perspectiva de gênero, elemento de análise adotado neste estudo, é importante compreender qual a conceituação de

gênero aqui utilizada e o que ela implica. Segundo Saffioti (2004), o gênero é a construção social do feminino e do masculino que, na sociedade patriarcal, estrutura relações de poder desiguais. Diferente do sexo biológico, entendido como a anatomia dos órgãos genitais e características sexuais secundárias², o gênero refere-se a um conjunto de crenças, atitudes, valores, comportamentos e atividades diferentemente endossadas para mulheres e homens (Burin, 1998).

Algumas características são importantes para se compreender o que implica o conceito de gênero aqui utilizado, sendo a primeira delas que a construção de gênero é uma construção social e não biológica. Margaret Mead (1901-1978) foi uma pesquisadora que destacou esse fator cultural ao apontar as diferenças, às vezes opostas, nos modelos tidos como masculinos e femininos em diferentes sociedades de Papua-Nova Guiné. No estudo em questão, a pesquisadora constatou que, entre os povos Arapesh, mulheres e homens apresentavam comportamentos passivos, cooperativos e expressivos, enquanto entre os Mundugamor, ambos eram ativos e competitivos. Já nos Tchambuli, mulheres e homens apresentavam padrões opostos ao da sociedade ocidental, sendo os homens mais emocionais e expressivos e as mulheres mais ativas e agressivas (Stets & Burke, 2000).

Por ser social, a construção de gênero também é histórica. Em uma mesma sociedade, os modelos de feminilidade e masculinidade podem mudar ao longo do tempo (Burin, 1998). Como Hermosa (2012) destaca, os modos de se comportar, pensar e sentir de ambos os sexos, mais que fruto de uma base natural e invariável,

² Apresenta-se aqui a proposição tradicional sobre gênero e sexo, mas vale ressaltar a existência de outras proposições, como a apresentada por Butler (2003), em que o sexo, assim como gênero, também é um produto cultural.

se devem a construções sociais e familiares atribuídas de maneira diferenciada a mulheres e homens, dando lugar a feminilidade e a masculinidade.

No entanto, o problema não consiste necessariamente na diferença entre mulheres e homens, mas na desigualdade em que esta diferença foi transformada. Por isso, é importante destacar que a construção de gênero também é relacional, ou seja, é construída em relação a alguma coisa (Hermosa, 2012). Um gênero não aparece de modo isolado, mas sim em relação, muitas vezes de oposição e hierarquia, a outro gênero, sendo marcada por uma relação de poder e dominação (Burin, 1998). Assim, tratar de gênero não implica só tratar da diferença das características socialmente construídas, mas tratar da hierarquia e desigualdade construída entre elas a partir do patriarcado.

Patriarcado, segundo Lerner (1986/2019), pode ser definido como a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral, com homens detendo poder em detrimento das mulheres em todas as instituições importantes da sociedade.

Por ser uma forma de organização social, o patriarcado é perverso, ou seja, é expresso em diversas áreas e diversos comportamentos. Alguns exemplos são (Hendel, 2017):

(1) na área laboral, com a exploração do trabalho doméstico feminino não remunerado, a atribuição do cuidado intensivo dos filhos às mulheres e a desigualdade salarial no mercado de trabalho;

(2) na área política, com a reduzida participação feminina na política e de menos políticas voltadas para essa população;

(3) na área afetivo-sexual, com o foco na obtenção do prazer masculino, as exigências de características físicas (“beleza”) e comportamentais específicas para mulheres e a romantização de comportamentos opressores e violentos em relacionamentos íntimos;

(4) na área científica e da saúde, com a adoção de modelos androcêntricos de saúde, pesquisa e epistemologia, com a patologização de características femininas e com o silenciamento das contribuições femininas à ciência;

(5) na área social, com as diferenças no estilo de socialização e educação para mulheres, com a adoção de um estilo de linguagem androcêntrico, com a menor ocupação de mulheres nos espaços públicos, e com a ameaça ou experiência de diversos tipos de violência física e simbólica, dentre elas o abuso sexual infantil, a ser melhor discutido na próxima seção.

Por fim, vale ressaltar, como outra característica importante, que o conceito de gênero não é um conceito totalizador (Burin, 1998). Isto significa dizer que ele não é único e não torna invisível inúmeras variáveis que influenciam na construção das pessoas, inclusive a interseção com outros marcadores sociais, como a etnia, religião, classe social, dentre outros. Portanto, quando se fala em perspectiva de gênero, se fala em focar em um determinado conjunto de variáveis - variáveis de gênero - de forma a explicitar essas relações, muitas vezes invisíveis, sem negar a existência de inúmeras outras.

1.2 A problemática do Abuso Sexual Infantil

O abuso sexual infantil é um grave problema de saúde pública. É uma das violências mais frequentes entre crianças e adolescentes, atingindo cerca de 11,8% desta população no mundo (Stoltenborgh et al., 2011). No Brasil, já chegou a ser a

4ª violência mais frequente neste público (Ministério da Justiça e Cidadania, 2015). Só em 2019, 58,8% dos estupros registrados foram de crianças com idade até 13 anos (sendo 29% entre 10 e 13 anos, 19% entre 5 e 9 anos e 11% entre 0 e 4 anos), um aumento de 9,7% em relação ao ano anterior (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Apesar do aumento no número de notificações, estima-se que esses dados não representam a verdadeira extensão do problema, já que a maioria dos casos não decorre em denúncia formal. Em algumas comunidades, por exemplo, ainda é permitido ou naturalizado o casamento infantil, e essa realidade não é tão distante, uma vez que o Brasil ocupa a 4ª posição dentre os 20 países com maior número absoluto de casamentos de meninas, perdendo apenas para Índia, Bangladesh e Nigéria (Plan International, 2019).

Segundo a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), o abuso sexual infantil pode ser definido como todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual que ela não compreende totalmente, é incapaz de dar consentimento informado ou para a qual não está preparada em termos de desenvolvimento, ou que viola as leis ou tabus da sociedade (World Health Organization, 1999). A OMS inclui, ainda, a ocorrência de qualquer ato que pretende gratificar ou satisfazer as necessidades de outra pessoa em que, pela idade ou nível de desenvolvimento, esta em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder com a criança abusada (World Health Organization, 1999). Para explicitar essa relação de poder, Watson (1994) aponta três fatores como importantes a fim de se distinguir comportamentos abusivos e não abusivos, a saber: (1) um poder diferencial, que implica que uma parte exerce algum controle sobre a outra e que a relação não é mutuamente concebida e compreendida; (2) um conhecimento

diferencial, uma vez que o agressor é cronologicamente mais velho, sendo também mais desenvolvido e tenho mais experiências de vida que a vítima e (3) uma gratificação diferencial, pois o objetivo da relação é a satisfação do agressor, sendo qualquer gratificação da vítima de interesse do agressor ou acidental ao prazer dele.

O abuso sexual infantil possui uma série de consequências físicas, emocionais, sociais e sexuais para o desenvolvimento da criança, que envolvem desde as sequelas físicas causadas diretamente pelo ato abusivo até o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentos autodestrutivos na idade adulta (Serafim et al., 2011). Alguns dos principais sintomas envolvem isolamento social, agressividade, dificuldades escolares, ansiedade, baixa autoestima, sintomas depressivos, abuso de substâncias, comportamento sexual inadequado e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (Amazarray & Koller, 1998; Kendall-Tackett et al., 1993; Serafim et al., 2011).

O suporte familiar e social é considerado, de longe, o melhor preditor de melhora para os casos de abuso sexual infantil (Bolen & Gergely, 2015). Ter acesso a uma rede de apoio que protege e oferece recursos emocionais e práticos para lidar com todos os estressores envolvidos é essencial nesse contexto, e geralmente é constituído de três componentes: crença na ocorrência do abuso, apoio emocional (validar, compreender, não minimizar, não relativizar, dentre outros) e medidas protetivas, como afastar a criança do abusador e buscar instituições de referência para denúncia formal e acompanhamentos de saúde (Baía, Magalhães & Veloso, 2014).

Existe uma série de variáveis que podem influenciar na qualidade do suporte familiar e social, como condição financeira, acesso a serviços de saúde, histórico de violência na família, ou variáveis culturais mais amplas, como relações de gênero e

poder. Por exemplo, meninas já são consideradas população de risco não só para o abuso sexual, mas também para uma pior qualidade no suporte familiar, por serem menos acreditadas quando revelam que os meninos (Elliott & Carnes, 2001). Neste caso, o gênero interfere no nível de crença do relato e na quantidade e qualidade de suporte fornecido, possivelmente pela visão, muitas vezes difundida, de que a menina é culpada e provocadora do abuso, especialmente quando mais velha. Quando se trata de meninos sexualmente abusados, um dos grandes problemas é a subnotificação, especialmente com a estigmatização decorrente da ideia de que se um menino é sexualmente abusado, ele provavelmente se tornará homossexual ou abusador em potencial (Cromer & Goldsmith, 2010). Estas e outras concepções influenciam diferencialmente os comportamentos da comunidade - inclusive de profissionais de saúde e da justiça (Cromer & Freyd, 2009).

Rogers e Davies (2007), por exemplo, buscaram investigar o impacto do gênero e idade da vítima, gênero do(a) abusador(a) e gênero do respondente da pesquisa nas respostas de acreditar e culpabilizar de 337 participantes britânicos (141 homens, 184 mulheres, 12 que não especificam gênero). Os autores encontraram diferenças significativas nas respostas de acordo com o gênero, com vítimas de um agressor do sexo masculino vistas como mais confiáveis do que as vítimas de uma agressora mulher, e com os entrevistados do sexo masculino considerando o perpetrador menos culpado, a agressão menos grave, a vítima menos credível e mais culpada do que as entrevistadas mulheres.

Um outro aspecto envolve as respostas com base no sexo do responsável pela criança. Mulheres mães de crianças sexualmente abusadas são muito mais culpabilizadas pelo abuso sofrido pelos filhos que homens pais de crianças sexualmente abusadas (Toews et al., 2016). Esse discurso se perpetua sob

justificativa de que as mães podem ser coniventes em muitos casos de abuso sexual infantil, apesar de, segundo revisão realizada por Elliott e Carnes (2001), as pesquisas apontarem que a maioria das mães acredita na revelação da criança e toma medidas de proteção e suporte. Ainda que a mãe tenha sentimentos de ambivalência, e forneça suporte e proteção inconsistentes ou ineficientes, essa atribuição de conivência é dada, muitas vezes, sem uma devida análise das variáveis que podem estar favorecendo esses comportamentos, como, por exemplo, a relação com o abusador e história particular de abuso sofrida pela mãe (Elliott & Carnes, 2001).

1.3 Contribuições da Análise do Comportamento para o estudo de gênero

Neste estudo, foi utilizado como referencial teórico a Análise do Comportamento, campo de estudos baseado na filosofia behaviorista radical, que vê o comportamento como uma interação contínua entre indivíduo e ambiente, a partir de contingências filogenéticas (história da espécie), ontogenéticas (história de vida) e culturais (história da cultura) (Skinner, 1981).

Apesar de suas consideráveis contribuições para o campo de estudo do comportamento humano e das práticas culturais, seu interesse na área de feminismo e gênero é pouco expressivo (Couto & Dittrich, 2017), sendo muitas vezes apontado como filosofias contraditórias por mal-entendidos na área (Ruiz, 1995). Uma exceção foram os trabalhos realizados por Maria R. Ruiz (1950-2017), em que a autora apresenta essa crítica e propõe uma aproximação entre o Behaviorismo Radical e a Teoria Feminista, discutindo pontos de concordância, divergências e interlocuções possíveis entre as duas áreas.

A primeira e mais evidente delas é o compartilhamento da perspectiva contextualista do comportamento (Ruiz, 1995, 1998), em que o significado do comportamento é compreendido a partir do seu contexto histórico e atual, dentre ele o contexto sociopolítico. Ambas rejeitam a visão do comportamento como função de uma natureza interna e imutável (essencialismo) (Silva & Laurenti, 2016).

Com relação à postura epistemológica, ambas também não fazem uma distinção mecanicista entre o conhecedor e o conhecido, ou entre o cientista e o objeto de estudo, enfatizando o caráter relacional do processo de conhecimento (Ruiz, 1995; 1998). O cientista, portanto, não é neutro, uma vez que o conhecimento, produto da ação de conhecer, também é comportamento, sendo influenciado pelos contextos históricos e atuais do conhecedor.

Assim, por ser produto de um contexto em que a ciência é produzida por homens, uma discussão importante envolve o reconhecimento de que a perspectiva epistemológica prevalecente na ciência é androcêntrica, incluindo os modelos psicológicos tradicionais, o que fica evidente com o silenciamento histórico da contribuição de mulheres à ciência, de maneira geral, e à Análise do Comportamento, de maneira específica (Silva & Arantes, 2019). Ruiz (1995) aponta, então, para a importância da construção de uma epistemologia feminista, funcionando como uma comunidade verbal feita por mulheres e para o qual o mundo privado das mulheres é importante. A utilização desse conhecimento seria especialmente útil para o desenvolvimento de estratégias de contracontrole, ou seja, de comportamentos de resistência às práticas culturais opressoras e ao sistema de subordinação das mulheres, inclusive na própria ciência (Ruiz, 1995).

Foi trabalhando nesse sentido que, em seus estudos, a autora se dedica a análise de contingências de desigualdade de gênero sob a perspectiva analítico-

comportamental. Segundo Ruiz (2003), gênero seria uma classe de práticas culturais complexas que passaram a ser associadas com mulheres e homens. Dessa forma, características associadas ao sexo funcionariam como estímulo discriminativo sobre o comportamento dos observadores, fazendo com que emitam diferentes comportamentos sob controle do sexo, contribuindo para que mulheres e homens experimentem diferentes contingências culturais. Isso fica evidente nos chamados comportamentos interpretativos, que envolvem a tendência dos observadores de interpretar o mesmo tipo de comportamento de forma diferente, dependendo do sexo do ator engajado no comportamento (Ruiz, 2003).

Seguindo a mesma linha de Ruiz, diversas pesquisadoras têm buscado aproximações entre a Teoria Feminista e a Análise do Comportamento. Nicolodi e Arantes (2019), por exemplo, fizeram uma leitura comportamental de conceitos feministas, como o de patriarcado. Segundo elas, o patriarcado seria

um sistema social em que um conjunto de contingências socialmente organizadas estabelece práticas culturais e padrões de comportamento de interações desiguais entre os gêneros, e dentro das quais os homens, sistematicamente, se beneficiam e concentram mais poder do que as mulheres, o que, por sua vez, as colocam em posições de inferioridade e com liberdade restrita (Nicolodi & Arantes, 2019, p. 77).

Fontana (2019), no mesmo ano, buscou analisar as relações de dominação masculina³ à luz da noção skinneriana de cultura, chegando a uma definição semelhante. Segundo a autora, a cultura de dominação masculina pode ser compreendida como uma "assimetria no sistema de reforçamento entre homens e

³ Sistema de valores culturais que favorece o gênero masculino em detrimento do feminino.

mulheres: homens detendo tanto poder como privilégio, pois têm maior controle e acesso a reforçadores em comparação com as mulheres” (Fontana, 2019, p. 118).

Não só a releitura dos termos da teoria feminista, mas também a utilização de conceitos analítico-comportamentais para interpretar e intervir em comportamentos que compõem esse conjunto de práticas do patriarcado têm se mostrado profícua. Um exemplo são as intervenções voltadas para as relações arbitrárias ente estímulos socialmente relevantes, que já têm se mostrado promissoras em campos como o de preconceito racial, como no estudo de Mizael et al. (2016). Nele, os(as) autores(as) buscaram reverter, em crianças, relações de equivalência entre faces negras e imagens negativas por meio de treino de emparelhamento ao modelo utilizando faces negras com símbolos considerados positivos. Ao final, 9 dos 13 participantes selecionaram preferencialmente faces negras em comparação a faces brancas.

Seguindo metodologia semelhante, Freitas (2019) buscou reduzir, em adultos, o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro por meio de treino de emparelhamento ao modelo utilizando nomes de mulheres, incluídas em vinhetas de estupro previamente fornecida, e a palavra “vítima”. Os resultados mostraram que oito dos 10 participantes passaram a relacionar o nome das mulheres das vinhetas com a palavra “vítima” e, dentre eles, seis participantes não culpavam mais as vítimas pelo estupro.

Além desses, outros estudos também utilizaram a Análise do Comportamento para investigar práticas de dominação masculina, como cultura do estupro (Moraes & Freitas, 2019), relacionamento abusivo (Costa, 2019), e outros temas importantes para a pauta feminista, como interseccionalidade (Mizael, 2019) e empoderamento (Couto, 2019).

Assim, esta pesquisa vem se somar a um conjunto de estudos que buscam a utilização dos princípios comportamentais às pautas feministas. Levando em consideração que (1) o abuso sexual infantil é um grave problema de saúde pública, que afeta crianças do mundo inteiro e possui graves consequências, (2) que a desigualdade de gênero também é um fenômeno social generalizado que possui graves consequências e cuja maior incidência é em meninas, (3) que a Análise do Comportamento pode oferecer o aparato teórico e técnico útil para a investigação e intervenção na promoção de equidade e (4) que a investigação e descrição de variáveis de desigualdade de gênero é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de contracontrole, este estudo buscou analisar a produção científica sobre abuso sexual infantil a partir de uma perspectiva de gênero, de forma a responder como a construção social de gênero influencia as diversas respostas da comunidade frente a ocorrência de abuso sexual infantil.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

Analisar a produção científica sobre abuso sexual infantil a partir de uma perspectiva de gênero.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar respostas da comunidade frente ao abuso sexual infantil que são afetadas por vieses de gêneros.
- Caracterizar as respostas em termos analítico-comportamentais.
- Explicitar as relações implícitas de gênero nas respostas identificadas.
- Discutir as implicações desses vieses para a problemática do abuso sexual infantil.

3 METODOLOGIA

3.1 Considerações Metodológicas

Para responder à pergunta de pesquisa proposta, foi adotada como estratégia metodológica a Teoria Fundamentada nos Dados, também conhecida como Teoria Fundamentada ou Grounded Theory, uma metodologia de coleta e análise de dados qualitativos desenvolvida por Strauss e Corbin em 1987 em resposta ao positivismo prevalente na época (Charmaz, 2006). Esta metodologia considera elementos positivistas, como uma abordagem sistemática dos dados, iterativa, interativa e comparativa, mas buscando investigar aspectos da experiência humana menos sensíveis aos métodos de verificação tradicionais, como processos individuais e interpessoais, ações, significados e intenções, efeitos recíprocos entre indivíduos e processos sociais e temas culturalmente sensíveis (Charmaz, 2020).

A Teoria Fundamentada consiste na utilização de estratégias metodológicas flexíveis para a construção de interpretações a partir dos dados (Charmaz, 2020). A leitura e releitura guiam o desenvolvimento da análise, o estabelecimento de relações e a construção da teoria, oferecendo um modelo de como o fenômeno funciona. Por isso, se ajusta a perguntas de pesquisa gerais, abertas e exploratórias, que buscam compreender os processos envolvidos em um determinado fenômeno, ao invés de partirem de uma teoria preexistente ou dedução de hipóteses.

A Teoria Fundamentada também não pressupõe a utilização de uma teoria prévia, o que a torna facilmente adaptável a pesquisas de diversas correntes teóricas. Porém, não nega a sua existência e importância, derivados da experiência e formação da pesquisadora, na função de conceitos sensibilizadores (Charmaz,

2020), conceitos que orientam o problema de pesquisa, ressaltam os aspectos relevantes e facilitam a análise e construção da teoria.

Em sua abordagem mais construtivista, de Charmaz (2006, 2020), adotada na presente pesquisa, a Teoria Fundamentada reconhece a construção em conjunto dos dados e não nega a influência da pessoa da pesquisadora, seus pressupostos, visões de mundo e localização social, nem as condições sociais, históricas e situacionais de sua produção na coleta, conteúdo e análise dos dados (Charmaz, 2020). Ou seja, o observador não é neutro e passivo, mas está sempre aberto para repensar, modificar, desafiar e rejeitar a teoria ou hipótese em sua interação com os dados (Thornberg & Dunne, 2019). Por isso, essa metodologia tem sido muito utilizada para investigação de estudos relacionados à justiça social (Charmaz, 2020), como a aqui presente.

A Teoria Fundamentada possui etapas específicas e bem definidas, que começam com a etapa de codificação, em que a pesquisadora, no primeiro contato com os dados, classifica os trechos em códigos para, na etapa seguinte, compará-los a outros códigos e desenvolver categorias de análise. A partir da comparação constante entre dados, códigos e conceitos, as categorias são elaboradas.

Algumas ferramentas são importantes durante o processo, como o *memowriting*, que consiste no constante registro de anotações — observações, explicações, relações entre dados, conceitos, categorias — para o desenvolvimento de ideias durante as sucessivas etapas de análise (Thornberg & Dunne, 2019). A coleta e análise ocorrem simultaneamente, evitando uma coleta indiscriminada e sem direcionamento e permitindo o manejo de que dados adicionais podem ser necessários. A constante análise dos dados e anotações de ideias fomentam investigações analíticas sobre as características de um determinado fenômeno,

quais os aspectos facilitadores ou dificultadores da sua ocorrência, que relações têm com outros fenômenos, dentre outros. O objetivo, segundo Charmaz (2020), é fazer conexões teóricas e preencher, estender ou refinar conceitos e teorias, ao invés de reproduzir descrições densas dos dados encontrados.

Esta pesquisa segue as orientações da Teoria Fundamentada em Dados de Revisão de Literatura, conforme estruturada e apresentada por Wolfswinkel et al. (2011). Neste caso, os dados têm a forma de artigos publicados, em vez de evidências documentais provenientes da habitual entrevista aberta, transcrições de conversas ou notas observacionais. Para isto, as autoras descrevem cinco etapas – definição, busca, seleção, análise e estruturação (Wolfswinkel et al., 2011) – que serão melhor descritas abaixo.

3.1.1 Definição

A primeira etapa envolve a definição do escopo da literatura a ser investigada, os critérios de busca e de amostragem e os critérios de inclusão e exclusão. Para a presente pesquisa, o objetivo foi analisar a produção científica sobre abuso sexual infantil a partir de uma perspectiva de gênero para responder as seguintes perguntas: (1) quais as respostas da comunidade frente ao abuso sexual infantil que são afetadas por vieses de gênero, (2) quais são esses vieses e (3) quais as relações implícitas a esses vieses.

O escopo de pesquisa foi a área de abuso sexual infantil, mais especificamente a área de ciências humanas e sociais aplicadas. A base de dados escolhida para busca foi a *Sage Journals Online*, um banco de dados conhecido por incluir Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas como um dos eixos temáticos principais, contendo revistas referências na área de abuso sexual infantil

indexadas (e.g. *Child Maltreatment, Journal of Interpersonal Violence, Sexual Abuse, Trauma, Violence, & Abuse*).

Os critérios de busca, amostragem, inclusão e exclusão serão apresentados nas descrições seguintes.

3.1.2 Busca

A segunda etapa consistiu na busca dos artigos no banco de dados escolhido usando os critérios definidos na etapa anterior. Os termos da pesquisa foram “abuso sexual infantil” AND “gênero” e “*child sexual abuse*” AND “*gender*”, especificados como palavras-chave na seção de pesquisa avançada da referida base de dados. Os critérios de amostragem foram definidos como artigos científicos com ano de publicação entre 2016 e 2020, de forma a manter o recorte atualizado e restringir a quantidade de material devido ao tempo para realização da pesquisa.

3.1.3 Seleção

A terceira etapa consistiu na seleção efetiva da amostra de textos a ser analisada. Para isto, foram lidos os títulos e resumos dos artigos e o material foi selecionado com base nos seguintes critérios de inclusão: (1) ser uma pesquisa empírica que investiga e/ou discute comportamentos da família, da comunidade, de profissionais ou da população em geral (reações, opiniões, percepções, expectativas, denúncias, encaminhamentos, etc.) frente a ocorrência de abuso sexual infantil e (2) usar gênero como variável investigada e discutida. Os critérios de exclusão foram: (1) estudos de prevalência, (2) estudos que abordassem gênero apenas como variável sociodemográfica, (3) estudos que investigassem aspectos pré-abuso sexual infantil como, por exemplo, fatores de risco.

O fluxograma apresentado na Figura 1 apresenta o número de estudos encontrados na base de dados referida e o número de estudos selecionados e eliminados após a aplicação dos critérios descritos acima.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos incluídos na amostragem inicial da literatura

Nota. Elaboração própria.

Dessa forma, 6 artigos foram selecionados como amostragem inicial da literatura. Um quadro com objetivos, metodologia resumida e principais resultados dos artigos selecionados nesta etapa está disponível no Apêndice A.

3.1.4 Análise

A quarta etapa envolveu a aplicação da Teoria Fundamentada propriamente dita, conforme a orientação de Charmaz (2020), que começa com a etapa de codificação, em que a pesquisadora, no primeiro contato com os dados, classifica os trechos em códigos para, na etapa seguinte, compará-los a outros códigos e desenvolver categorias de análise, como será melhor descrito abaixo.

3.1.4.1 Codificação

Esta etapa consistiu da leitura completa dos artigos e codificação de trechos relevantes para o presente problema de pesquisa, conforme as orientações da Teoria Fundamentada. A codificação consiste na utilização de um ou mais códigos que expressem as ideias centrais do trecho (Charmaz, 2020), como ilustrado abaixo.

Quadro 1

Exemplo de codificação de um trecho⁴ extraído de Reddock, Reid e Nickenig (2020).

Fragmento traduzido	Código
<i>As mulheres também foram acusadas de introduzir parceiros masculinos em casa,</i>	Acusação das mulheres/mães por novos parceiros em casa
<i>que então se tornaram predadores de seus filhos.</i>	Homens como predadores
<i>Geralmente, pais / avós / padrastos / tios não eram considerados confiáveis e as mulheres falavam abertamente sobre não deixar suas filhas sozinhas com seus pais porque elas “não querem correr nenhum risco”.</i>	Homens como não confiáveis/mulheres não devem deixar filhas com pais

⁴ Trecho original: “*Women were also blamed for introducing male partners into the home who then become predators on their children. Generally, fathers/grandfathers/stepfathers/uncles were not considered trustworthy and women spoke openly about not leaving their daughters alone with their fathers because they are ‘not taking any chances’.* This practice was accepted as a given, the onus is on women and girls to adjust their lives to suit. In general, it was agreed that men could not be trusted to exercise sexual control, so it was up to women, especially mothers to monitor, guard, and protect their daughters.” (Reddock, Reid & Nickenig, 2020, pp. 18-19).

Quadro 1 (continuação)

Exemplo de codificação de um trecho extraído de Reddock, Reid e Nickering (2020).

Fragmento traduzido	Código
<i>Esta prática foi aceita como dada, o ônus cabe às mulheres e meninas ajustar suas vidas para se adequar.</i>	Prática “dada”/mulheres devem se ajustar
<i>Em geral, concordou-se que não se podia confiar nos homens para exercer o controle sexual,</i>	Homens não são confiáveis/homem como sexualmente incontrolável
<i>por isso cabia às mulheres, especialmente às mães, monitorar, guardar e proteger suas filhas.</i>	Mulheres/mães devem monitorar, guardar e proteger as filhas.

Nota. Elaboração própria.

Os trechos eram codificados de acordo com a pertinência para o problema de pesquisa proposto, conforme orientação de Charmaz (2020), considerando também a experiência da pesquisadora na área e as discussões com a pesquisadora orientadora. Ideias, observações, dúvidas, relações também eram registradas ao longo de todo o processo, conforme a técnica do *memowriting*, de forma a ajudar nas análises posteriores.

Uma estruturação resultante desta etapa está disponível no Apêndice B.

3.1.4.2 Categorização

Esta etapa consistiu na releitura de todos os trechos, códigos e notas oriundas da etapa anterior, permitindo a estruturação de categorias maiores e o estabelecimento de relações entre elas (Charmaz, 2020). Neste caso, cada informação era revista e estruturada de acordo com o objetivo de descrever as respostas sociais influenciadas por gênero frente ao abuso sexual infantil e suas

variáveis relacionadas. O processo de *memowriting* seguia paralelamente, com o registro de ideias, dúvidas ou lacunas, que conduziram ao desenvolvimento da próxima etapa.

3.1.5 Estruturação

Na Teoria Fundamentada, o processo de análise de dados é constante e realizado paralelamente às demais etapas. A última etapa consistiu na estruturação do material analisado, de forma a incluir as anotações resultantes do processo de *memowriting* e sanar as dúvidas e lacunas com base em informações resultantes de novas buscas na literatura na área. É importante salientar que o tratamento das informações se baseou na interpretação e organização de dados da pesquisadora, a partir do material contido nos textos analisados, aspecto idiossincrático previsto pela Teoria Fundamentada. Neste estudo, os resultados dialogam com a literatura sobre perspectiva de gênero e Análise do Comportamento, e foram debatidos com a pesquisadora orientadora, esta última com 20 anos de formação em Psicologia e Análise do Comportamento. Os resultados do processo de codificação, categorização e descrição de categorias serão apresentados a seguir.

3.2 Considerações Éticas

A autora considerou os aspectos éticos do processo de pesquisa, desde a seleção dos artigos até a análise deles, assegurando a autoria e a qualidade ética dos artigos analisados. Em relação ao conflito de interesse, a autora se identifica profissional e academicamente com a perspectiva analítico-comportamental e de gênero, se apresentando comprometida com a sua propagação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados foi organizada da seguinte forma: no tópico 4.1 serão apresentadas as categorias referentes às respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil, enquanto no tópico 4.2 serão apresentadas as categorias referentes ao conjunto de relações implícitas a essas respostas.

4.1 Respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil

Esse tópico é composto de sete categorias, citadas no quadro abaixo, junto às referentes subcategorias e ao material que contribuiu para a elaboração de cada categoria.

Quadro 2.

Categorias, subcategorias e referências utilizadas para apresentar as respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil

Categoria	Subcategorias	Referências
Desacreditar a vítima do sexo feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuir menos credibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Okur et al. (2020) • Small (2019)
Habituar-se ao abuso perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar comum, esperado ou natural; • Aceitar ou incentivar a exploração sexual; • Aceitar ou incentivar o envolvimento de meninas com homens mais velhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Jones e Jemmott (2016) • Reddock et al. (2020)

Quadro 2. (Continuação)

Categorias, subcategorias e referências utilizadas para apresentar as respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil

Categoria	Subcategorias	Referências
Culpabilizar vítimas do sexo feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuir culpa às vítimas; Atenuar a culpa do busador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Okur et al. (2020) • Reddock et al. (2020)
Culpabilizar mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuir culpa às mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reddock et al. (2020) • Toews, Cummings e Williamson (2018)
Estigmatizar vítimas do sexo feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar culpada ou responsável pela ocorrência do abuso; • Considerar impura; • Considerar promíscua em potencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Okur et al. (2020) • Small (2019)
Estigmatizar vítimas do sexo masculino	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar frágil, vítima ou “menininha”; • Considerar homossexual em potencial; • Considerar abusador em potencial 	<ul style="list-style-type: none"> • Okur et al. (2020) • Reddock et al. (2020) • Rooney (2020) • Small (2019)
Minimizar ou negar o abuso perpetrado por mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar menos grave, menos sério ou menos prejudicial; • Negar a ocorrência de abuso; • Incentivar o envolvimento de meninos com mulheres mais velhas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Jones e Jemmott (2016) • Okur et al. (2020) • Reddock et al. (2020) • Rooney (2020)

Nota. Elaboração própria.

A seguir, cada categoria será apresentada detalhadamente.

4.1.1 Desacreditar a vítima do sexo feminino

A primeira categoria engloba respostas de desacreditar, ou seja, *atribuir menos credibilidade* frente ao relato de abuso sexual experienciado por vítimas do sexo feminino. Para facilitar a visualização, a relação será apresentada no formato abaixo, onde “A” corresponde a antecedente, ou seja, o controle discriminativo exercido pelo gênero, como discutido por Ruiz (2003), e “R” corresponde a resposta.

A: Relato de abuso sexual infantil por vítimas do sexo feminino.

R: Atribuir menos credibilidade.

O medo das vítimas do sexo feminino de não serem acreditadas (Okur et al, 2020) é uma relação frequentemente encontrada na literatura e fortemente associada a uma realidade feminina, e não masculina (Alaggia, 2005; Wangamati et al., 2018). Segundo Alaggia et al. (2019), quando investigados os motivos para a não revelação do abuso, homens experimentam mais medo do estigma, de serem considerados vítimas ou homossexuais, enquanto mulheres experimentam mais culpa por antecipação e medo de não serem acreditadas.

Apesar de frequentemente relacionados, quando diretamente investigada pela literatura, essa relação não é confirmada. Uma revisão sistemática realizada por Voogt e Klettke (2017), por exemplo, não encontrou diferença significativa para o efeito do sexo da vítima nas classificações de credibilidade na maioria dos estudos analisados (18 de 20 estudos). Uma hipótese apontada pelas autoras envolve a adoção de diferentes definições e medidas entre os estudos, que levam em consideração construtos variados, como credibilidade, honestidade, veracidade, confiabilidade, consistência, dentre outros.

As autoras também levantam que, em um dos estudos revisados, a veracidade da vítima foi inicialmente avaliada maior para o sexo masculino, porém, quando avaliada diretamente, nenhuma diferença significativa foi encontrada. Esta observação se aproxima da perspectiva que investiga relações implícitas, em que este, por ser um relato verbal diretamente treinado, seria melhor investigado a partir de instrumentos disponíveis para avaliar atitudes implícitas (e.g. *Implicit Association Test*, *Implicit Relational Assessment Procedure*, *Functional Acquisition Speed Test*) (Marcelino & Arantes, 2019).

Outra relação encontrada no presente estudo é que as atribuições de credibilidade tendem a ser moderadas por outras variáveis também relacionadas a estereótipos de gênero, como características ou comportamentos apresentados pela criança. Os resultados de Small (2019), por exemplo, mostraram que crianças que se comportam conforme o que é esperado socialmente tendem a ter seus relatos validados e considerados verdadeiros. Por outro lado, crianças que se comportam em desalinho com os estereótipos de gênero tendem a ser vistas com maior ceticismo. Por exemplo, um relato de tristeza é visto como mais verdadeiro se for acompanhado de choro, no caso de meninas, e de explosões de raiva, no caso dos meninos (Small, 2019).

Assim também ocorre com outros marcadores sociais, como de etnia e classe, por exemplo, impactando no quão inteligente, precisa, confiante e honesta a criança é avaliada (Voogt et al., 2019). Isso é especialmente importante porque, como as evidências físicas ou médicas costumam faltar em casos de abuso sexual infantil, os julgamentos muitas vezes dependem do depoimento de testemunhas, tornando a avaliação da credibilidade da vítima um elemento essencial e crítico nas tomadas de decisão e no processo judicial como um todo (Voogt et al., 2019).

Dessa forma, quanto menos credível é percebida uma vítima, menos culpa é atribuída ao agressor.

4.1.2 Habituar-se ao abuso perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino

Esta categoria engloba respostas de passividade e/ou legitimidade frente ao abuso sexual infantil perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino. Ela inclui considerar o abuso um evento comum, esperado ou natural, e legitimar formas específicas de abuso, como a exploração sexual, o envolvimento de meninas com homens mais velhos e o casamento infantil.

A: ASI perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino

R: Considerar comum, esperado ou natural.

Aceitar ou incentivar a exploração sexual.

Aceitar ou incentivar o envolvimento de meninas com homens mais velhos.

Os participantes entrevistados em Reddock et al. (2020), por exemplo, reconheciam a gravidade do abuso sexual infantil, mas também o consideravam um evento comum ou esperado, sob justificativa de que a sociedade aceita a sua ocorrência. Para os participantes de Jones e Jemmott (2016), meninas já são alvo de abuso logo que menstruam, especialmente por pais e padrastos que se consideram no direito de abusar sexualmente de suas filhas porque lhes provém sustento financeiro.

Além de comum e esperado, ainda há implicada a ideia de que é um evento natural. A naturalização refere-se ao processo de assumir um fenômeno com caráter social e histórico como resultado inevitável de características naturais, fisiológicas, morfológicas, etc. (Thompson, 1995). Assim, o abuso passa a ser visto

não apenas como comum e recorrente, mas também como permanente ou imutável, levando a uma série de minimizações e negligências, como considerar que a vítima tem condições de lidar com o evento, manter o convívio e evitar buscar medidas de proteção e cuidado necessárias (Reddock et al., 2020), como os serviços de justiça e saúde.

Outra relação encontrada no presente estudo envolve legitimar, ou seja, tornar aceitável em uma comunidade formas específicas de abuso sexual infantil, como a utilização do sexo como fonte de troca (exploração sexual) e o envolvimento de meninas com homens mais velhos.

A exploração sexual é um tipo de abuso que acontece quando há troca de recursos econômicos ou materiais por benefícios sexuais (Jones & Jemmott, 2016; Reddock et al., 2020) e geralmente é visto como comum e como uma alternativa frente a dificuldades financeiras. Jones e Jemmott (2016) apontam como este tipo de abuso pode funcionar como um comportamento adaptativo frente a uma situação financeira de vulnerabilidade para crianças e suas famílias, porém incompatível com os valores de proteção à criança.

Já o envolvimento de homens mais velhos com meninas foi apontado como aceito e incentivado (Jones & Jemmott, 2016; Reddock et al., 2020), como um tipo de nova tutoria e de provisão financeira para essas meninas. Esta permissividade é igualmente expressa no discurso de homens que demonstram sua preferência por meninas mais novas, de 15 anos, por exemplo (Reddock et al., 2020), fazendo com que, como já discutido, o Brasil seja o quarto país no mundo em casos de casamento infantil. Assim, a resposta frente a ocorrência pode ser não apenas de minimização como também de incentivo da relação e “resolução” do problema com o casamento.

4.1.3 Culpabilizar vítimas do sexo feminino

Esta categoria envolve o processo de atribuir culpa a vítimas de abuso sexual infantil do sexo feminino e, conseqüentemente, atenuar a culpa do abusador.

A: Vítimas de abuso sexual infantil do sexo feminino.

R: Atribuir culpa às vítimas.

Atenuar a culpa do abusador.

Como discutido anteriormente, além do medo de não serem acreditadas, meninas frequentemente relatam medo de serem consideradas culpadas ou responsáveis pela ocorrência do abuso (Alaggia, 2005, 2019; Okur et al., 2020).

A culpa pode ser atribuída mais a vítimas do sexo feminino do que a vítimas do sexo masculino devido a ideia da sedução e incentivo (Jewkes et al., 2005), em que características e comportamentos da vítima induziriam ou justificariam o abuso pelo perpetrador. Nos participantes de Reddock et al. (2020), por exemplo, se as vítimas do sexo feminino apresentassem estilos de cabelo, roupas, comportamento ou desenvolvimento físico considerado mais velho que o esperado para a idade, elas eram consideradas mais culpadas pelas ocorrências enquanto o perpetrador era considerado cada vez menos culpado (Reddock et al., 2020).

A patricentralidade é apontada como um dos pilares para essa desresponsabilização, na forma de um contexto de segredo, medo, poder e impotência (Jones & Jemmott, 2016), como expresso no trecho abaixo:

Em um exemplo claro do duplo padrão sexual, culpar mulheres e crianças não parecia diminuir a integridade da comunidade, mas proteger os homens era uma forma de proteger a reputação de uma comunidade como um "lugar

agradável”. [...] Embora o abuso sexual intrafamiliar fosse geralmente considerado errado e explorador, as pessoas suspeitas ou conhecidas por estarem envolvidas neste tipo de abuso muitas vezes continuaram a desfrutar da liberdade de movimento, status de paternidade e amizade, mesmo que se soubesse que haviam abusado e talvez até mesmo sido pai de uma criança com sua filha (Reddock et al., 2020, p. 20).

Dessa forma, a resposta social comum é a de que o abuso sexual infantil deve ser ocultado e não revelado, fazendo com que medidas de proteção sejam, portanto, evitadas.

4.1.4 Culpabilizar mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras

A quarta categoria diz respeito ao processo de atribuir culpa a mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras do abuso (Reddock et al. 2020; Toews, Cummings & Williamson, 2018).

A: Crianças vítimas de abuso sexual infantil.

R: Atribuir culpa às mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras.

Passando por um processo semelhante ao de culpabilização de meninas vítimas de abuso, a culpabilização de mães e cuidadoras é um fenômeno amplamente difundido (Toews et al., 2018). Reddock et al. (2020) discutem, por exemplo, como quase todas as explicações da ocorrência do abuso nas comunidades pesquisadas culpavam aberta ou secretamente às mulheres: “mulheres como migrantes abandonando crianças, mulheres trazendo homens estranhos para a comunidade, suas famílias ou suas camas, bem como a incapacidade das mulheres de criar e proteger adequadamente seus filhos” (p. 18).

Quando analisada, essa culpabilização está diretamente relacionada a papéis de gênero, que vão desde características, comportamentos e atividades atribuídas socialmente às mães até a ideia de que as mães deveriam saber.

Ao investigar características pessoais da mãe que aumentavam ou diminuían a culpa materna, Toews et al. (2016) encontraram características como ser mãe solo ou estar em vulnerabilidade econômica relacionadas a maior atribuição de culpa à mãe em casos de abuso sexual infantil, possivelmente em função da expectativa de família ideal existente, bem como ter uma boa reputação associada a menor atribuição de culpa entre os participantes do estudo. Da mesma forma, se a mãe realizava atividades fora de casa, especialmente de cunho pessoal, como ver amigos, realizar compras pessoais, atividades físicas ou de lazer, elas eram avaliadas mais negativamente, à exceção de quando as atividades eram em benefício da casa e da família, como comprar mantimentos, por exemplo (Towes et al., 2016). Além disso, se o relacionamento entre mãe e filho era considerado próximo, com maior investimento afetivo da mãe, maior conhecimento e entendimento do(a) filho(a), e maior tempo gasto com a criança, menor o nível de atribuição de culpa dado pelos participantes (Towes et al., 2016).

Também há a ideia de que as mães deveriam “simplesmente saber” (Reddock et al., 2020; Towes et al., 2018), ou seja, que as mães já deveriam estar esperando o abuso e, portanto, se comportar para prever, prevenir e evitar ao máximo a sua ocorrência, estando sempre com a criança ou levá-la sempre consigo em atividades fora de casa (Towes et al., 2016). Além disso, as mães deveriam ter um cuidado especial com pessoas do sexo masculino (Reddock et al., 2020), o que também era ilustrado nos resultados do estudo de Towes et al. (2016), em que

mães que escolheram um membro da família ou babá do sexo feminino eram consideradas menos culpadas.

Apesar das variáveis citadas, também há a possibilidade de a maternidade já ser, por si só, um alvo de atribuição de culpa. Towes et al. (2018) hipotetiza que, uma vez ocorrido o episódio de abuso, as mães podem ser automaticamente vistas como incompetentes, o que não ocorre com os pais não perpetradores. Segundo as autoras, estereótipos podem evocar emoções específicas, como raiva e nojo no caso do preconceito desdenhoso, o que explicaria uma hostilidade geral em relação às mães de vítimas de abuso sexual infantil. Isso se alinha a ideia de que relações arbitrárias entre estímulos compartilhariam função na evocação de sentimentos (de Rose, 2016), como, nesse caso, na relação entre maternidade, abuso sexual infantil e incompetência.

Essa culpabilização e hostilização de mães e cuidadoras leva a uma série de consequências, que vão desde hesitar denunciar ou buscar ajuda, até a diminuição ou ausência de apoio caso o façam, levando a menor acesso a serviços de justiça, saúde e auxílio financeiro (Towes et al., 2018)

4.1.5 Estigmatizar vítimas do sexo feminino

Esta e a próxima categoria englobam o comportamento de associar a ocorrência de abuso sexual infantil a características pessoais desvalorizadas socialmente, ou seja, estigmas sociais. Os estigmas são consideravelmente diferentes para meninas e meninos. Nesta categoria, serão abordados os estigmas associados a vítimas do sexo feminino, geralmente envolvendo o medo de ser considerada culpada, responsável pela ocorrência do abuso, impura e promíscua (Okur et al., 2020).

A: Vítimas de ASI do sexo feminino.

R: Considerar culpada ou responsável pela ocorrência do abuso.

Considerar impura.

Considerar promíscua em potencial.

Foram identificados três conteúdos principais de estigmas vinculados à vítimas do sexo feminino. Ser considerada culpada ou responsável pelo abuso, já discutido anteriormente, pode ser incluído aqui como estigma, uma vez que é uma característica avaliada negativamente, por estar associada a ideia de sedução e incentivo (Okur et al., 2020).

O receio de ser considerada impura, segundo Okur et al. (2020) é frequente, especialmente em comunidades em que a virgindade é considerada uma prova do valor feminino. Em contrapartida, culturas que possuem menos expectativas baseadas em gênero sobre a virgindade e sexualidade possuem o efeito oposto (Fontes & Plummer, 2010).

Small (2019), ao investigar como promotores constroem o dano sexual nos tribunais, destacou como a ocorrência do abuso sexual infantil também está relacionada a ideia de “perda da pureza sexual” ou “perda da inocência”, diferente do que ocorre em vítimas sexuais mais velhas. Segundo a autora, a “construção legal da perda é sustentada por ideias culturais sobre o significado da virgindade e como a virgindade de uma mulher, especialmente, é conceituada como um presente dentro de um casamento heterossexual” (Small, 2019, p. 568).

Outro estigma relacionado a ocorrência do abuso também envolve o receio de que as vítimas se tornassem promíscuas. Este ilustra um tipo de estigma muito frequente, para meninas e meninos, na literatura analisada: a ideia de que o trauma

produzido pelo abuso levaria a uma vida sexual posterior desviante, o que diferiria de conteúdo de acordo com o gênero. Como é esperado para mulheres um comportamento sexual restrito e comedido, após a experiência de abuso sexual infantil, vítimas do sexo feminino podem se engajar em comportamentos sexualizados reprováveis quando emitidos por elas.

É importante frisar que o comportamento sexual inapropriado é apontado na literatura como uma das consequências da experiência de abuso sexual infantil. Porém, esse termo é pouco explicativo e pode aparecer também vinculado a uma série de concepções culturais de gênero. Nos promotores entrevistados em Small (2019), por exemplo, a ligação causal era presente mesmo quando não havia queixa de abuso, como considerar que crianças que tenham comportamentos masturbatórios, adolescentes do sexo feminino que praticam relações sexuais com vários parceiros ou mulheres envolvidas na indústria de sexo provavelmente teriam histórico de abuso sexual infantil. Isso decorreria em um estigma duplo, com a expectativa de comportamentos sexuais “reprováveis” em meninas vítimas de abuso sexual infantil, e com a patologização de determinados comportamentos sexuais, sendo atribuídos a um provável histórico de abuso sexual infantil.

4.1.6 Estigmatizar vítimas do sexo masculino

Seguindo o mesmo processo da categoria anterior, esta categoria aborda os estigmas sociais associados a vítimas do sexo masculino que, diferentemente do que é esperado e temido no comportamento feminino, envolve o receio de ser considerado frágil, vítima, “menininha”, homossexual e abusador em potencial (Okur et al., 2020; Paine & Hansen, 2002).

A: Vítima de ASI do sexo masculino

R: Considerar frágil, vítima, “menininha”.

Considerar homossexual em potencial.

Considerar abusador em potencial.

Boa parte dos estudos analisados apontam o quanto meninos podem demorar revelar ou nunca o façam devido ao estigma relacionado a experiência de abuso nessa população. Segundo Alaggia (2019), boa parte dos participantes atribuíram sua hesitação em revelar ao medo de serem considerados vítima, fraco, frágil ou “menininha”, possivelmente fruto de um contexto em que demonstrações de fragilidades, dúvidas, medos ou características consideradas femininas por essa população costuma ser alvo de punição.

No referencial de masculinidade hegemônica, espera-se que meninos sejam sexualmente agressivos e não vítimas na dinâmica do abuso sexual infantil, sugerindo que, quando meninos são abusados sexualmente, sua masculinidade é afetada ou diminuída (Reddock et al., 2020). Isto se relaciona também ao receio de ser considerado homossexual. Como discutido na categoria anterior, um dos estigmas associados a experiência de abuso implica a ideia de uma vida sexual posterior desviante que, no caso de vítimas do sexo masculino, se apresentaria pela perda antecipada do potencial heterossexual (Small, 2019).

Outro estigma relaciona-se ao medo de ser considerado um abusador em potencial. Rooney (2020) aponta como os promotores entrevistados também acreditavam que a experiência de vitimização era um fator de risco para o desenvolvimento de comportamento sexualmente abusivo posterior. No entanto, não há evidências consistentes sobre essa possibilidade. Ainda assim, esta é uma

experiência muito associada a expressão da masculinidade, uma vez que esse estigma, na forma de “receio de ser considerada abusadora em potencial”, não é frequente para vítimas do sexo feminino.

É importante salientar que o sexo do(a) perpetrador(a) tem um papel importante no conteúdo do estigma. No caso de abusadores homens, há a probabilidade de a vítima do sexo masculino ser considerada fraca, frágil e homossexual em potencial, enquanto no caso de perpetradoras mulheres, há o estigma associado a demonstrar sofrimento e vulnerabilidade em algo que costuma sequer ser visto como abuso, como será discutido adiante.

4.1.7 Minimizar ou negar o abuso perpetrado por mulheres

Esta categoria descreve o comportamento de minimizar ou negar a ocorrência de abuso em casos com perpetradoras mulheres a vítimas do sexo masculino (Okur et al., 2020; Rooney, 2020).

A: ASI perpetrado por mulheres a vítimas do sexo masculino.

R: Considerar menos grave, menos sério ou menos prejudicial.

Negar a ocorrência de abuso.

Incentivar o envolvimento sexual de meninos com mulheres mais velhas.

Participantes dos estudos analisados consideravam o abuso perpetrado por mulheres, no geral, como menos grave, menos sério ou menos prejudicial que aquele perpetrado por homens, independente do sexo da vítima (Banton & West, 2020; Okur et al., 2020; Rooney, 2020). Como aponta Rooney (2020), mulheres que cometem crimes sexuais contra crianças, por exemplo, costumam ter seus crimes

vistos como menos graves e costumam ser tratadas com mais tolerância do que os homens.

A minimização se torna ainda mais evidente quando a vítima é do sexo masculino. Essa forma de abuso é muitas vezes percebida como normal e recomendada, e não como abuso sexual (Jones & Jemmott, 2016; Reddock et al., 2020). Leone et al. (2019), por exemplo, buscando investigar os efeitos do gênero da vítima e do(a) abusador(a) nas atitudes sobre o abuso sexual infantil, realizaram quatro estudos, variando idade (estudo 1 com crianças do 8º ano e estudo 2 com crianças do 5º ano) e relação (estudos 1 e 2 com perpetrador sendo vizinho/a e 3 e 4 sendo professor/a). Os autores encontraram uma tendência para os indivíduos terem atitudes menos negativas em relação ao abuso perpetrado por uma mulher adulta a uma vítima do sexo masculino em todas as quatro variações do estudo.

Como apontam Okur et al. (2020), existem normas sociais que endossam as relações sexuais entre mulheres mais velhas com meninos, tornando-as incentivadas e valorizadas como iniciação sexual ou expressão de um comportamento sexual masculino desejável.

Diferente do que ocorre com o incentivo do envolvimento de meninas com homens mais velhos, cujo objetivo seria ganho financeiro ou tutoria, o incentivo do envolvimento de meninos com mulheres mais velhas seria estritamente sexual e visando a expressão da masculinidade e heterossexualidade. Reddock et al. (2020), por exemplo, observa na comunidade pesquisada a presença de pais incentivando seus filhos a fazerem sexo ou mesmo a gerar filhos como mecanismos de validação heterossexual.

Essa minimização é identificada mesmo na avaliação de profissionais de saúde (Clements et al., 2014) e profissionais de justiça criminal (Rooney, 2020).

Rooney (2020), por exemplo, discute como os profissionais de justiça entrevistados em seu estudo adotavam narrativas de gênero diferentes para descrever fatores que precipitam a ocorrência da perpetração em consonância com estereótipos de gênero tradicionalistas. Embora homens e mulheres tenham sido caracterizados como possuindo história de vulnerabilidade e vitimização, apenas homens foram caracterizados também como calculistas, racionais, dominantes, com grande apetite sexual, pensamento criminogênico e moral distorcida. Já as mulheres eram vistas apenas como vulneráveis ou doentes, perpetrando o abuso, muitas vezes, sob influência de coerção masculina, vitimização e abuso crônicos, problemas de saúde mental, marginalização e vício (Rooney, 2020). Os profissionais também viam todas as mulheres como “resgatáveis” e atribuíam mais sanções comunitárias a elas, enquanto atribuíam a alguns homens a avaliação de agressores irredimíveis (Rooney, 2020).

Uma observação importante, discutida por Rooney (2020), foi a ausência do cenário de uma abusadora mulher e uma vítima do sexo masculino no discurso dos profissionais entrevistados. Isto converge com o observado a partir de outros estudos analisados, em que há ausência deste cenário seja por participantes, seja por pesquisadores, como se, em se tratando de abuso sexual infantil, ficasse implícita a ideia de que os envolvidos seriam uma vítima do sexo feminino e um abusador do sexo masculino.

Nesse sentido, algo bastante apontado é a pouca atenção da comunidade científica para o estudo de outras configurações de abuso sexual infantil que não se alinham com a dominante (Okur et al., 2020), como a de meninos como vítimas, ou a de mulheres como abusadoras. Isto ficava visível também quando, em estudos que investigavam outros aspectos que não o sexo dos envolvidos, as vinhetas,

áudios ou casos usados como referência geralmente adotam a configuração geral de uma vítima do sexo feminino e um abusador do sexo masculino.

4.2 Descrição dos conjuntos de relações implícitas às respostas anteriores

Neste tópico, serão apresentadas três categorias referentes a conjuntos de relações que ficam implícitas às avaliações, atribuições, julgamentos e outros comportamentos descritos nos estudos analisados, a saber:

- Relações homem equivalente a sexo - mulher em oposição a sexo;
- Relações homem equivalente a poder - mulher equivalente a propriedade; e
- Relações mulher equivalente a cuidado -- homem em oposição a cuidado.

A seguir, cada categoria será apresentada detalhadamente.

4.2.1 Relações homem equivalente a sexo - mulher em oposição a sexo

A primeira categoria refere-se ao conjunto de relações que estabelece que homens estão relacionados a sexo a partir de um senso de direito sexual masculino, da qual as mulheres não pertencem. Este senso propicia que homens abusem sexualmente de mulheres e crianças, e controla também vários dos comportamentos da comunidade frente ao abuso, como a naturalização e minimização do abuso cometido por homens, a culpabilização da vítima do sexo feminino e da mãe não perpetradora e a desresponsabilização e não punição do abusador.

Direito sexual masculino foi um termo utilizado por Jones e Jemmott (2016) e Reddock et al. (2020) ao discutirem os resultados das entrevistas: “Havia uma sensação geral de direito sexual, que muitos homens sentiam ser seu direito, mas que também era importante para manter sua autoestima e identidade de gênero”

(Reddock et al., 2020, pp. 26-27). Como Reddock et al. (2020) apontam, proezas sexuais são um significante principal da masculinidade, enquanto a deseabilidade é um significante da feminilidade:

O sexo era percebido como natural, mas com a expectativa de gênero de que deveria ser expresso por homens sem restrição. Esperava-se que as mulheres controlassem a sexualidade naturalmente agressiva dos homens em suas comunidades e protegessem seus filhos. [...] Em relação à questão do consentimento, o consenso parecia ser que o ônus não recaía sobre os homens em recusar, mas sobre as mulheres/meninas em não estarem disponíveis, e a crença de que se uma mulher quer sexo, então um homem é obrigado a dar a ela. Ficou claro, portanto, que mães e filhos eram culpados pela ocorrência, mas os homens não; os homens são obrigados a buscar todas as oportunidades sexuais que possam surgir (Reddock et al., 2020, p. 18).

A partir de trechos como esse, fica visível que sexo não é considerado só um direito, como também um dever para o sexo masculino. Isto porque o sexo também é uma forma de validação heterossexual (Small, 2019). Homens são encorajados a serem sexualmente ativos desde muito cedo, em atividades heterossexuais, com pais incentivando seus filhos a fazer sexo ou gerar filhos como uma prevenção ou proteção percebida contra a homossexualidade (Reddock et al., 2020). Nesse contexto, homens recusando sexo disponível era considerado um possível sinal de homossexualidade.

Isso ajuda a entender os comportamentos de minimização e negação do abuso de meninos por mulheres, e o incentivo e exposição de meninos a esse tipo de abuso. Além disso, ajuda a entender a relação que controla o medo do estigma

de homossexualidade vinculado a ser vítima de abuso por homens, o que não ocorre para vítimas do sexo feminino.

Mulheres e feminilidade, em contrapartida, estão em oposição a sexo, quando são representadas como ausentes de apetite sexual. Os profissionais de justiça entrevistados por Rooney (2020), por exemplo, para explicar o comportamento abusivo, partem do referencial de que abusadoras do sexo feminino apresentariam problemas psiquiátricos, enquanto abusadores do sexo masculino apresentariam uma moral distorcida ou pensamento criminogênico. Dessa forma, eles evitariam atribuir às mulheres comportamento sexualizado feminino em função de escolha racional ou desejo sexual (Rooney, 2020), contribuindo para a negação e minimização da ocorrência e da gravidade de abusos cujas perpetradoras são mulheres.

4.2.2 Relações homem equivalente a poder - mulher equivalente a propriedade

A segunda categoria refere-se ao conjunto de relações que estabelece que homens estão relacionados a poder aquisitivo, enquanto mulheres equivalem a propriedade. Há uma série de referências que estabelecem a relação entre homens e poder aquisitivo, expresso pela ideia do homem “ganha-pão”, um significante importante relacionado à masculinidade, e que também influencia no senso de direito sexual discutido anteriormente.

As trocas econômico-sexuais governam muitos dos comportamentos de abuso sexual infantil. Sexo é considerado uma recompensa esperada quando há investimento financeiro ou material. Como aponta Jones e Jemmott (2016), homens são socializados desde cedo para dar algo apenas se um favor é retribuído. Assim, no estudo de Reddock et al. (2020), alguns homens citavam que contribuir para a

educação como pais e padrastos lhes dava esse direito. Isso faz ainda mais sentido quando se leva em consideração que boa parte da vitimização de crianças e adolescentes ocorre por pais e padrastos (Ribeiro et al., 2004).

Esta relação também é expressa em formas de abuso sexual infantil legitimadas, como a exploração sexual e o casamento infantil. A exploração sexual, por exemplo, envolve a realização de “transações nas quais o sexo é comercializado, mas que envolve o abuso da autoridade, confiança e poder de adultos, e que explora as necessidades, vulnerabilidades e sexualidades emergentes de crianças e jovens” (Jones & Jemmott, 2016, p. 843).

A pobreza feminizada, ou pobreza baseada em gênero (Jones & Jemmott, 2016) tem uma forte relação com esse cenário. Apesar da crescente inserção feminina no mercado de trabalho, a desigualdade financeira ainda é uma característica marcante. Nos participantes de Reddock et al (2020), por mais que reconheçam as crescentes pressões do trabalho sobre as mulheres, acompanhada da crescente responsabilidade total ou parcial pelo sustento econômico da família, elas ainda são consideradas as principais responsáveis pelo cuidado da casa e da família. Além disso, mesmo sendo responsáveis pelo sustento econômico, isso não necessariamente lhes confere poder. Como apontam Jones e Jemmott (2016): “mesmo em famílias chefiadas por mulheres, os homens são frequentemente atribuídos ou assumem o título de ‘chefes’ quer desempenhem ou não papéis importantes dentro da família” (p. 842).

A desigualdade de renda e poder entre homens e mulheres contribui também com que mães favoreçam a exploração sexual ou aceitem abusos e violência como forma de manutenção da segurança financeira, sendo considerado, inclusive, uma forma de adaptação a situação de pobreza. Naturalizar o sexo como fonte de troca

ou forma de ganhar dinheiro ou benefícios favorece a habituação a este tipo de abuso, um cenário descrito por Jones e Jemmott (2016) como incompatível com a proteção de crianças.

Enquanto homens detêm direitos econômicos e trocam dinheiro ou recursos materiais por sexo, mulheres são vistas como produto e propriedade nessa relação de consumo, como uma forma de manifestação do pensamento capitalista. Nesse contexto, faz sentido a valorização da pureza e da virgindade, bem como o estigma de perda dessas características associada a ocorrência do abuso. Isso explica relatos de participantes que demonstram preferência por meninas de 15 anos, ou de pais e padrastos que deixam de abusar das filhas quando estas começam a namorar ou se envolver com outros homens (Jones & Jemmott, 2016; Reddock et al, 2020).

4.2.3 Relações mulher equivalente a cuidado - homem em oposição a cuidado

A terceira categoria refere-se ao conjunto de relações que estabelece que mulheres estão relacionadas ao cuidado enquanto homens não estão. A partir da literatura analisada, mulheres foram descritas como responsáveis pelos cuidados com a casa e com a criança, e pelo refreamento dos desejos sexuais masculinos, cabendo a elas manter o lar um espaço seguro para si para os filhos e filhas (Reddock et al. 2020).

Essas justificativas implicam que as mulheres são responsáveis por estabelecer e manter limites nas relações e por barrar o direito sexual dos homens (Reddock et al., 2020), ou mesmo incentivá-lo, com a alegada sedução e incentivo (Jewkes et al., 2005). Essa responsabilização controla diretamente a atribuição de

culpa às vítimas do sexo feminino, mães e cuidadoras não perpetradoras do abuso, além da consequente desresponsabilização do abusador.

Em contrapartida, homens são considerados não confiáveis para cuidar de atividades domésticas ou parentais. Nos estudos analisados, as mulheres eram mais culpabilizadas caso deixassem seus filhos com parentes ou responsáveis do sexo masculino (Reddock et al., 2020; Towes et al., 2018). Okur et al. (2020) relaciona isso ao fato de mulheres terem menos direitos e mais deveres que homens, cabendo a elas ajustarem suas vidas para se adequar.

Pelo mesmo processo que as vinculam ao cuidado, mulheres são retiradas da posição de ofensoras, controlando as respostas de minimização e negação do abuso sexual infantil perpetrado por mulheres. Como aponta Rooney (2020), existem roteiros sexuais relativos às normas masculinas e femininas que influenciam como a sociedade reage a esses cenários, como a crença de que os abusadores do sexo feminino são “inofensivos” ou apresentam menos risco de reincidência do que os homens.

4.3 Discussão Geral

O objetivo desta tese foi descrever quais e como as respostas da comunidade frente ao abuso sexual infantil são influenciadas pela construção social de gênero. A partir da análise do material selecionado, este estudo elencou sete categorias de respostas influenciadas por vieses de gênero frente a ocorrência de abuso sexual infantil, a saber: (1) desacreditar a vítima do sexo feminino, (2) habituar-se ao abuso perpetrado por homens a vítimas do sexo feminino, (3) culpabilizar vítimas do sexo feminino, (4) culpabilizar mães e cuidadoras do sexo feminino não perpetradoras, (5) estigmatizar vítimas do sexo feminino, (6)

estigmatizar vítimas do sexo masculino e (7) minimizar ou negar o abuso perpetrado por mulheres.

Também foram elencadas três categorias de relações implícitas a essas respostas, sendo as que relacionam (1) homem como equivalente a sexo/mulher em oposição a sexo, (2) homem equivalente a poder/mulher equivalente a propriedade e (3) mulher equivalente a cuidado/homem em oposição a cuidado. Elas vêm de uma história de exposição a situações que constantemente estabelecem essas relações, seja na família, escola, na arte, na mídia, nas interações em geral, e que contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero.

Muitos estudos analisam essas variáveis em termos de características cognitivas, ignorando o papel do ambiente na construção desses padrões. Partindo da perspectiva analítico-comportamental, que converge à perspectiva social e à perspectiva feminista, o ambiente contribui efetivamente para a instalação e manutenção dos comportamentos citados, de forma que, mais que avaliar comportamentos em termos de características pessoais ou de gênero, o foco do presente trabalho voltou-se para o papel do ambiente nesse contexto.

Assim, por exemplo, o comportamento de revelar ou não o abuso fica sob controle de uma série de mensagens do ambiente, de acordo com o que é aprendido sobre os roteiros de gênero. O medo de não ser acreditada, discutido na primeira categoria de respostas, pode vir de uma história de aprendizado em que a opinião de meninas e mulheres não tem valor (Pinheiro & Oshiro, 2019). Assim também o receio de ser responsabilizada pode vir de um contexto que responsabiliza mulheres e desresponsabiliza homens, como apontado na seção de relações implícitas. E o receio de ser considerado menininha e homossexual em

meninos, de um contexto que desvaloriza características femininas e repudia e vitimiza homossexuais.

É interessante observar o quanto as respostas apresentadas aqui se assemelham a outras respostas já discutidas em áreas como a de violência sexual contra a mulher. Como aponta Reddock et al. (2020), a vulnerabilidade das crianças as torna semelhantes às mulheres, alvos de afirmações masculinas abusivas. Além disso, são processos semelhantes ao que ocorrem com outros marcadores sociais de desigualdade, como de etnia e classe, apontados nos estudos de Small (2019) e Voogt e Klettke (2017). Estas concepções de vítimas típicas ou vítimas “reais”, que são aquelas acreditadas, acentuam a desigualdade de acesso a redes de apoio e proteção. Assim, como discutido na fundamentação, o conceito de gênero não é totalizador e a perspectiva de gênero precisa ser interseccional.

Relacionado a isso, um aspecto que chama atenção é como o estado de vitimização sexual não é apenas relacionado a gênero, mas também heteronormativo (Small, 2019). Relações sexuais entre meninos e mulheres mais velhas são incentivadas como forma de validação heterossexual e a ocultação e silenciamento do abuso também funcionam como uma prevenção ou proteção contra especulações de homossexualidade. Como aponta Small (2019), o dano sexual é construído sobre a ideia de ameaça à reprodução da ordem social normativa.

Assim, fica evidente a consequência que mantém a estrutura desigual do patriarcado: a manutenção do *status quo*. Os comportamentos discutidos mostram como o viés de gênero trata-se de uma forma de beneficiar os homens, em detrimento de mulheres e crianças, mantendo-lhes reforçadores sociais importantes - sexo, liberdade, dinheiro.

Esse viés irradia para diversos setores da sociedade, mesmo em profissionais diretamente envolvidos em casos de abuso sexual infantil, como assistentes sociais e promotores, cujo comportamento interpretativo não difere muito de outras populações analisadas (universitários, comunidade em geral). Isto implica que não há um treino direto sobre essa comunidade que seja efetivo na redução desses vieses.

Profissionais psicólogos não estão necessariamente à parte nesse cenário. Page e Morrison (2018), por exemplo, apontam que psicólogas mulheres acreditam em descobertas de abuso sexual infantil em taxas significativamente maiores que psicólogos homens, e que essa credibilidade tem impactos clínicos relevantes, especialmente para a relação terapêutica. Como profissionais da psicologia, estar preparadas para identificar e discutir essa questão é fundamental para uma melhor qualidade do serviço e para uma mudança social.

Além disso, identificar e compreender os fatores que promovem ou inibem um melhor prognóstico em casos de abuso sexual infantil têm o potencial de facilitar denúncias posteriores, ajudar os sobreviventes a receber serviços e prevenir revitimizações. O acesso oportuno a serviços terapêuticos pode reduzir o risco para a saúde mental de sobreviventes de todas as idades (Alaggia et al, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ofereceu uma discussão sobre o impacto do gênero nas mais variadas respostas de observadores, familiares e profissionais de saúde e de justiça ao abuso sexual infantil e apresentou e discutiu raízes comuns desse impacto, descrevendo relações desiguais estabelecidas entre homens e mulheres. Os resultados aqui apresentados e discutidos apoiam a ideia de que vieses de gênero influenciam uma ampla gama de comportamentos relacionados essa problemática. A reunião desses dados busca não apenas evidenciar o seu impacto, mas ressaltar a importância da perspectiva de gênero na tratativa do abuso sexual infantil, de forma a direcionar intervenções mais eficazes.

Algumas limitações deste estudo devem ser observadas. Em primeiro lugar, o período curto de tempo após a reformulação do trabalho pós-pandemia permitiu um recorte pequeno de literatura, não sendo suficiente pra explorar todas as nuances da problemática levantada, bem como fazer uma articulação com a literatura da Teoria Feminista, área que aponta essas questões há muitos anos e que possui um arcabouço teórico importante e necessário.

Apesar disso, o estudo avança em ser uma articulação entre três grandes áreas do conhecimento, gênero, abuso sexual infantil e Análise do Comportamento, contribuindo ao corpo de estudos da área e fornecendo suporte para pesquisas futuras. Algumas sugestões para estudos futuros envolvem investigar separadamente campos profissionais, como a psicologia, para descrever comportamentos mais específicos da área e controlados por vieses de gênero e investigar as relações implícitas discutidas aqui em estudos, de forma a revertê-las ou treinar a construção de novas relações. Destaca-se também, como campo de

estudos e intervenção, a importância de uma formação específica sobre esses vieses, uma vez que a identificação dessas influências exige um compromisso intencional, dirigido e consciente com a mudança dessa realidade.

REFERÊNCIAS

Alaggia, R. (2005). Disclosing the trauma of child sexual abuse: A gender analysis.

Journal of Loss and Trauma, 10(5), 453–470.

<https://doi.org/10.1080/15325020500193895>

Alaggia, R., Collin-Vézina, D., & Lateef, R. (2019). Facilitators and barriers to child sexual abuse (CSA) disclosures: A research update (2000–2016). *Trauma, Violence & Abuse*, 20(2), 260-283.

<https://doi.org/10.1177/1524838017697312>

Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*, 11(3), 559-578. [https://doi.org/10.1590/S0102-](https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014)

[79721998000300014](https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300014)

Baía, P. A. D., Magalhães, C. M. C., & Veloso, M. M. X. (2014). Caracterização do suporte materno na descoberta e revelação do abuso sexual infantil. *Temas em Psicologia*, 22(4), 691-700. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-02>

Banton, O., & West, K. (2020). Gendered perceptions of sexual abuse: investigating the effect of offender, victim and observer gender on the perceived seriousness of child sexual abuse. *Journal of child sexual abuse*, 29(3), 247-262. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1663967>

Böhm, B. (2017). “She got spoilt”: Perceptions of victims of child sexual abuse in Ghana. *Journal of child sexual abuse*, 26(7), 818-838. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1354347>

Bolen, R., & Gergely, K. B. (2015). A Meta-Analytic Review of the Relationship Between Nonoffending Caregiver Support and Postdisclosure Functioning in

Sexually Abused Children. *Trauma, Violence & Abuse*, 16(3), 258-279.

<https://doi.org/10.1177/1524838014526307>

Bueno, S., & Sobral, I. (2020). Um estupro a cada 8 minutos. In Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Org.), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (12ª ed., pp. 132-138). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>

Burin, M. (1998). Estudios de género. In M. Burin, & I. Meler (Orgs), *Género y familia: Poder, amor y sexualidad en la construcción de la subjetividad*. (pp. 19-29). Paidós.

Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)

Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. Sage Publications.

Charmaz, K. (2020). Teoria Fundamentada nos Dados. In J. A. Smith (Org.), *Psicologia Qualitativa: Um guia prático para métodos de pesquisa*. Editora Vozes.

Clements, H., Dawson, D. L., & Das Nair, R. (2014). Female-perpetrated sexual abuse: a review of victim and professional perspectives. *Journal of Sexual Aggression*, 20(2), 197-215. Recuperado de <http://eprints.lincoln.ac.uk/id/eprint/9590/7/9590%20Clements%20FPSA%20Review%202014%20For%20archiving.pdf>

Costa, A. I. (2019). Contribuições do feminismo para a compreensão e intervenção em casos de relacionamento abusivo. In R. C. S Pinheiro, & T. M. Mizael

- (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 244 – 261). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Couto, A. G. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. In R. C. S Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 140 – 173). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas em análise do comportamento*, 8(2), 147-158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cromer, L. D., & Freyd, J. J. (2009). Hear no evil, see no evil? Associations of gender, trauma history, and values with believing trauma vignettes. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 9(1), 85–96. <https://doi.org/10.1111/j.1530-2415.2009.01185.x>
- Cromer, L. D., & Goldsmith, R. E. (2010). Child sexual abuse myths: Attitudes, beliefs, and individual differences. *Journal of child sexual abuse*, 19(6), 618-647. <https://doi.org/10.1080/10538712.2010.522493>
- de Rose, J. C. (2016). A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 24(2), 201-220. Recuperado de <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/55783/49493>
- Elliott, A. N., & Carnes, C. N. (2001). Reactions of Nonoffending Parents to the Sexual Abuse of Their Child: A review of the literature. *Child Maltreatment*, 6(4), 314-331. <https://doi.org/10.1177/1077559501006004005>

- Fontana, J. (2019). *Uma análise da dominação masculina à luz da noção skinneriana de cultura*. [Dissertação de mestrado, Pós-graduação em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina]. Biblioteca Digital da UEL <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2019/08/Uma-analise-da-dominacao-masculina-a-luz-da-nocao-skinneriana-de-cultura.pdf>
- Fontes, L. A., & Plummer, C. (2010). Cultural issues in disclosures of child sexual abuse. *Journal of child sexual abuse*, 19(5), 491-518. <https://doi.org/10.1080/10538712.2010.512520>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (12ª ed.). Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>
- Freitas, J. C. D. C. (2019). *O efeito do ensino de relações de equivalência sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional da UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11489/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final%20J%c3%balia%20Freitas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- G1 DF. (2017, 15 Maio). Polícia Civil do DF exonera delegado que culpou mãe por estupro de criança. *Portal G1*. Recuperado de <https://goo.gl/dQG1J4>
- Gilligan, P., & Akhtar, S. (2006). Cultural barriers to the disclosure of child sexual abuse in Asian communities: Listening to what women say. *British Journal of Social Work*, 36(8), 1361-1377. <https://doi.org/10.1093/bjsw/bch309>

- Hayes, S. C. (1987). A Contextual approach to therapeutic change. In N. Jacobson (Ed.), *Psychotherapists in clinical practice: Cognitive and Behavioral Perspectives* (pp. 327-387). Guilford.
- Hendel, L. (2017). *Violencias de género. Las mentiras del patriarcado*. Paidós.
- Hermosa, A. B. (2012). *Aproximación a las creencias populares sobre los ciclos vitales femeninos desde la perspectiva de género*. [Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia Experimental, Universidad de Sevilla]. Depósito de Investigación de la Universidad de Sevilla
https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/15713/Y_TD_PS-PROV31.PDF?sequence=1&isAllowed=y
- Jewkes, R., Penn-Kekana, L., & Rose-Junius, H. (2005). "If they rape me, I can't blame them": Reflections on gender in the social context of child rape in South Africa and Namibia. *Social Science & Medicine*, 61(8), 1809-1820.
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.03.022>
- Jones, A. D., & Jemmott, E. T. (2016). Status, privilege and gender inequality: Cultures of male impunity and entitlement in the sexual abuse of children: Perspectives from a Caribbean study. *International Social Work*, 59(6), 836-849. <https://doi.org/10.1177/0020872814537853>
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: a review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological bulletin*, 113(1), 164-180.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.113.1.164>
- Lerner, G. (2019) *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix. (Trabalho original publicado em 1986)

Leone, C., Hawkins, L. B., & Bright, M. (2019). Minimizing mistreatment by female adults: the influence of gender-based social categories and personality differences on attitudes about child sexual abuse. *The Journal of psychology*, 153(4), 361-382.

<https://doi.org/10.1080/00223980.2018.1541439>

Marcelino, M. R., & Arantes, A. (2019). Implicações dos experimentos sobre atitudes implícitas para uma análise experimental feminista do comportamento. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 114-139). Imagine Tecnologia Comportamental.

Martin, V. B. (2019). Using Popular and Academic Literature as Data for Formal Grounded Theory. In A. Bryant, & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE handbook of current developments in grounded theory* (pp. 222-242). Sage.

Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Direitos Humanos (2015). *Disque 100: Quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram registradas no primeiro trimestre de 2015*. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>

Mizael, T. M. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 40-62). Imagine Tecnologia Comportamental.

- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. *The Psychological Record*, 66, 451-462. <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>
- Morais, A. O., & Freitas, J. C. C. (2019). Métodos de investigação sobre cultura do estupro: o que a Análise do Comportamento tem a aprender com as contribuições de outras áreas do conhecimento. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 84-112). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 64-83). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Okur, P., van der Knaap, L. M., & Bogaerts, S. (2020). A quantitative study on gender differences in disclosing child sexual abuse and reasons for nondisclosure. *Journal of interpersonal violence*, 35(23-24), 5255-5275. <https://doi.org/10.1177/0886260517720732>
- Page, A., & Morrison, N. M. V. (2018). The effects of gender, personal trauma history and memory continuity on the believability of child sexual abuse disclosure among psychologists. *Child Abuse & Neglect*, 80, 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.03.014>
- Paine, M. L., & Hansen, D. J. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical psychology review*, 22(2), 271-295. [https://doi.org/10.1016/s0272-7358\(01\)00091-5](https://doi.org/10.1016/s0272-7358(01)00091-5)
- Pinheiro, R. C. S., & Mizael, T. M. (Orgs.). (2019). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Imagine Tecnologia Comportamental.

- Pinheiro, R. C. S., & Oshiro, C. K. B. (2019). Variáveis de gênero que terapeutas devem estar atentas no atendimento a mulheres. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 220-243). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Plan International (2019, 25 Junho). *Tirando o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil*. Plan International. <https://plan.org.br/https-plan-org-br-wp-content/uploads-2019-07-tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international-pdf/>
- Reddock, R., Reid, S. D., & Nickenig, T. (2020). Child sexual abuse and the complexities of gender, power, and sexuality. *Journal of interpersonal violence*. <https://doi.org/10.1177/0886260520909193>
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. D. G. C., & Reis, J. N. D. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200013>
- Rogers, P., & Davies, M. (2007). Perceptions of victims and perpetrators in a depicted child sexual abuse case: Gender and age factors. *Journal of interpersonal violence*, 22(5), 566-584. <https://doi.org/10.1177/0886260506298827>
- Rooney, L. (2020). Gendered perceptions of child sexual abusers: the paradox of the “vulnerable other”. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 36(4), 559-581. <https://doi.org/10.1177/1043986220936099>
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner’s radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, (5), 29-44. <https://doi.org/10.5210/bsi.v5i2.221>

- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, (21), 179–192. <https://doi.org/10.1007/BF03391962>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behaviorist Analyst Today*, 4(1), 12-16. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100005>
- Saffioti, H. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.
- Santos, H. M. (2013). A importância de discutir gênero na Psicologia. In D. S. V. Andrade, & H. M. Santos (Orgs.), *Gênero na Psicologia: articulações e discussões* (pp. 19-33). CRP-03.
- Serafim, A. D. P., Saffi, F., Achá, M. F. F., & Barros, D. M. D. (2011). Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(4), 143-147. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000400006>
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2016). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.009>
- Silva, G. J. T., & Arantes, A. (2019). Pioneiras: A história das primeiras mulheres na análise do comportamento no Brasil. In R. C. S. Pinheiro, & T. M. Mizael (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 16-39). Imagine Tecnologia Comportamental.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504. <https://doi.org/10.1126/science.7244649>

- Small, J. L. (2019). Constructing Sexual Harm: Prosecutorial Narratives of Children, Abuse, and the Disruption of Heterosexuality. *Gender & Society*, 33(4), 560-582. <https://doi.org/10.1177/0891243219846598>
- Stets, J. E., & Burke, P. J. (2000). Femininity/masculinity. In E. F. Borgatta, & R. J. V. Montgomery (Orgs.), *Encyclopedia of Sociology* (pp. 997-1005). Macmillan.
- Stoltenborgh, M., Van Ijzendoorn, M. H., Euser, E., & Bajermans-Kranenburg, M. J. A. (2011). Global perspective on child sexual abuse: Meta-analysis of prevalence around the world. *Child Maltreatment*, 16(2), 79-101. <https://doi.org/10.1177/1077559511403920>
- Thompson, J. (1995). Ideologia e cultura moderna. Editora Vozes.
- Thornberg, R., & Dunne, C. (2019). Literature Review in Grounded Theory. In A. Bryant, & K. Charmaz (Eds.), *The SAGE handbook of current developments in grounded theory* (pp. 206-221). SAGE Publications Ltd. <https://www.doi.org/10.4135/9781526485656>
- Toews, K., Cummings, J. A., & Williamson, L. E. (2018). Warmth, competence, and blame: examining mothers of sexually abused children within the stereotype content model. *Journal of interpersonal violence*, 36(11-12), 5334–5359. <https://doi.org/10.1177/0886260518805773>
- Toews, K., Cummings, J. A., & Zagrodney, J. L. (2016). Mother Blame and the Just World Theory in Child Sexual Abuse Cases. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(21-22), 4661–4686. <https://doi.org/10.1177/0886260516675922>

- Voogt, A., & Klettke, B. (2017). The effect of gender on perceptions of credibility in child sexual assault cases: A systematic review. *Journal of child sexual abuse*, 26(2), 195-212. <https://doi.org/10.1080/10538712.2017.1280576>
- Voogt, A., Klettke, B., & Crossman, A. (2019). Measurement of victim credibility in child sexual assault cases: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(1), 51-66. <https://doi.org/10.1177/1524838016683460>
- Wangamati, C. K., Sundby, J., & Prince, R. J. (2018). Communities' perceptions of factors contributing to child sexual abuse vulnerability in Kenya: a qualitative study. *Culture, health & sexuality*, 20(12), 1394-1408. <https://doi.org/10.1080/13691058.2018.1438666>
- Watson, K. (1994). *Substitute care providers: Helping abused and neglected children*. National Center on Child Abuse and Neglect.
- Wolfswinkel, J. F., Furtmueller, E., & Wilderom, C. P. (2013). Using grounded theory as a method for rigorously reviewing literature. *European journal of information systems*, 22(1), 45-55. <https://doi.org/10.1057/ejis.2011.51>
- World Health Organization. (1999). *Report of the consultation on child abuse prevention, 29-31 March 1999, WHO, Geneva* (No. WHO/HSC/PVI/99.1). World Health Organization.

Apêndice A

Quadro com informações dos artigos selecionados na amostragem inicial da literatura

Referência	Objetivo	Metodologia resumida	Resultados resumidos
Jones, A. D., & Jemmott, E. T. (2016). Status, privilege and gender inequality: Cultures of male impunity and entitlement in the sexual abuse of children: Perspectives from a Caribbean study. <i>International Social Work</i> , 59(6), 836-849. https://doi.org/10.1177/0020872814537853	Investigar como a dinâmica do patriarcado e de gênero colidem com as construções da infância para criar ambientes nos quais a vitimização de crianças é perpetuada e silenciada.	Metodologia mista, com a aplicação do Questionário de Percepções, Atitudes e Opiniões em 859 participantes (dois terços de mulheres e um terço de homens), discussões em 36 grupos focais com 280 participantes (igual número de mulheres e homens) e entrevistas com onze sobreviventes adultos, distribuídos em seis países caribenhos: Anguilla, Barbados, Dominica, Granada, Montserrat, e São Cristóvão e Névis.	Os resultados foram discutidos em quatro temas principais: construções da infância; conceituações de abuso; estrutura familiar; desigualdade de gênero e troca sexual econômica.
Okur, P., van der Knaap, L. M., & Bogaerts, S. (2020). A quantitative study on gender differences in disclosing child sexual abuse and reasons for nondisclosure. <i>Journal of interpersonal violence</i> , 35(23-24), 5255-5275. https://doi.org/10.1177/0886260517720732	Examinar quantitativamente se existem diferenças de gênero da vítima na divulgação formal (para autoridades legais ou de proteção à criança), informal (para um membro da família ou amigo) ou não divulgação do abuso sexual infantil e, em caso afirmativo, avaliar se essa relação está associada a características e atitudes em relação aos papéis de gênero.	Questionários aplicados a 586 participantes (475 mulheres, 111 homens) holandeses que relataram terem sido vítimas de abuso sexual infantil, investigando características da vítima, do abuso, da revelação e motivos para não revelar.	Sem diferenças de gênero para a divulgação formal, mas a taxa de divulgação informal de abuso sexual infantil foi 2,4 vezes maior para mulheres do que para homens. Mulheres e homens relataram diferentes motivos para a não revelação do abuso em sua rede pessoal.

<p>Reddock, R., Reid, S. D., & Nickenig, T. (2020). Child sexual abuse and the complexities of gender, power, and sexuality. <i>Journal of interpersonal violence</i>. https://doi.org/10.1177/0886260520909193</p>	<p>Compreender etnograficamente os significados socioculturais e de gênero associados com abuso sexual infantil e intrafamiliar dentro das culturas sexuais de Trinidad e Tobago.</p>	<p>Metodologia de pesquisa-ação, com dados extraídos a partir de observação participante, mapeamento social, entrevistas, reuniões e sessões de intervenção em três comunidades de Trinidad e Tobago.</p>	<p>Identificação de vários significados localizados dentro de uma estrutura de ideologias e expressões de gênero, expectativas e comportamentos sexuais e normas sociais baseadas em valores patriarcais.</p>
<p>Rooney, L. (2020). Gendered perceptions of child sexual abusers: the paradox of the “vulnerable other”. <i>Journal of Contemporary Criminal Justice</i>, 36(4), 559-581. https://doi.org/10.1177/1043986220936099</p>	<p>Investigar a influência das atitudes e crenças baseadas no gênero nas percepções dos profissionais de justiça criminal sobre abusadores infantis do sexo masculino e feminino, e como impacta na punitividade do praticante.</p>	<p>Realização de entrevistas semiestruturadas com 32 profissionais de justiça criminal (19 mulheres e 13 homens) irlandeses, investigando experiência e treinamento na área de abuso sexual infantil, trajetórias criminais de abusadores que consideram “típico”, prevalência, causa e detecção de crimes sexuais, estilos de abordagem e punitividade.</p>	<p>A análise temática apontou que os profissionais adotavam narrativas distintas de gênero para descrever as histórias de vida e trajetórias criminais dos infratores, o que estava de acordo com os estereótipos de gênero tradicionalistas em relação às normas masculinas e femininas, sugerindo que as percepções dos participantes sobre abusadores sexuais de crianças são influenciadas por estereótipos de gênero.</p>
<p>Small, J. L. (2019). Constructing Sexual Harm: Prosecutorial Narratives of Children, Abuse, and the Disruption of Heterosexuality. <i>Gender & Society</i>, 33(4), 560-582. https://doi.org/10.1177/0891243219846598</p>	<p>Investigar como os promotores entendem o dano sexual na ocorrência de abuso sexual infantil.</p>	<p>Entrevistas qualitativas com 43 promotores (20% mulheres) nos estados de Michigan, Idaho e Geórgia (EUA) sobre as experiências profissionais, casos específicos e suas atitudes gerais sobre o abuso sexual infantil.</p>	<p>Os resultados apontam que os promotores usam uma estrutura de identidade sexual para construir a noção de dano sexual na criança, centrando-se na perda antecipada do potencial heterossexual em meninos, e no desenvolvimento da promiscuidade sexual em meninas.</p>

<p>Toews, K., Cummings, J. A., & Williamson, L. E. (2018). Warmth, competence, and blame: examining mothers of sexually abused children within the stereotype content model. <i>Journal of interpersonal violence</i>, 36(11-12), 5334–5359. https://doi.org/10.1177/0886260518805773</p>	<p>Avaliar a utilização do modelo de conteúdo de estereótipo como referência teórica para examinar o conteúdo dos estereótipos em relação a grupos de mães de crianças vítimas de abuso sexual infantil.</p>	<p>Questionários aplicados a 136 (97 mulheres, 38 homens, 01 sem resposta) estudantes de graduação canadenses a partir da leitura de uma vinheta descrevendo um episódio de abuso sexual infantil, investigando itens de culpa da mãe, causa e prevenção, avaliação de estereótipos e emoções.</p>	<p>Nos resultados, os participantes se enquadravam em três grupos de estereótipos de culpa materna: Preconceito desdenhoso moderado, admiração e preconceito muito desdenhoso, com cada grupo apresentando emoções únicas em relação à mãe, conforme previsto pelo modelo de conteúdo de estereótipo.</p>
---	--	--	---

Apêndice B

Quadro com códigos selecionados por referência utilizada

Referência	Códigos
<p>Jones, A. D., & Jemmott, E. T. (2016). Status, privilege and gender inequality: Cultures of male impunity and entitlement in the sexual abuse of children: Perspectives from a Caribbean study. <i>International Social Work</i>, 59(6), 836-849. https://doi.org/10.1177/0020872814537853</p>	<p>Meninas como alvos sexuais legítimos após menstruação; mães permitindo que suas filhas fizessem sexo com homens como forma de gerar renda para a família; Proezas sexuais são um significante da masculinidade; Desejabilidade é um significante da feminilidade; instituições (escola e igreja) invocam tabu moral e religioso sobre sexo/suprime expressão sexual e dá espaço para concepções culturais pouco saudáveis; abuso de meninos por mulheres é pouco citado; abuso por mulheres é considerado iniciação à masculinidade; pais tem direito a iniciar suas filhas sexualmente porque são chefes da família; direito sexual masculino; minimização do abuso em meninos: homofobia e mito da homossexualidade; Implicação: gravidez na adolescência, aborto ilegal e prevalência de HIV; abuso intrafamiliar e transacional, raiz do abuso na desigualdade de gênero, com processos diferentes (poder e pobreza e mulher como mercadoria); abuso intrafamiliar: segredo e invisível, códigos sociais; valor da mulher pura; atribui à desigualdade de gênero e pobreza feminizada; matrifocalidade: mulher responsável pelas necessidades da família; homens são irresponsáveis e marginais às atividades domésticas e familiares; matrifocalidade não garante poder na família; homens tem título de chefe/ valores familiares baseados na dominação masculina; mães: negar e deixar agir; abuso sexual transacional; a vitimização de meninos tem aumentado no AST; bastante comum e visível; muito comum e sem punição; atribui a características sociais e econômicas negativas; expectativa social de relações baseadas em troca para homens; famílias chefiadas por mulheres mais pobres; veem AST como alternativa; produto da pobreza e consumismo incompatível com cuidado infantil; apoio econômico dá direito sexual a homens; atribui a feminização da pobreza e mercantilização do sexo; vulnerabilidade das crianças e abuso de homens.</p>
<p>Okur, P., van der Knaap, L. M., & Bogaerts, S. (2020). A quantitative study on gender differences in disclosing child sexual abuse and reasons for nondisclosure. <i>Journal of interpersonal violence</i>, 35(23-24), 5255-5275. https://doi.org/10.1177/08862</p>	<p>Meninos abusados: medo de ser considerado homossexual, vítima, abusador em potencial, punição de fragilidades, dúvidas, medos, considerado menos grave quando abusadora mulher, normas sociais endossam meninos abusados por mulheres mais velhas, pouca atenção da literatura; Considerado menos grave, menos sério e menos prejudicial meninas com mulheres, cultura da negação; Meninas abusadas: medo de não ser acreditada, de ser considerada responsável, considerada impura, não virgem, falar sobre sexo é tabu, mulheres como propriedade masculina, com menos direitos que homens, alegada sedução e incentivo.</p>

60517720732	
<p>Reddock, R., Reid, S. D., & Nickenig, T. (2020). Child sexual abuse and the complexities of gender, power, and sexuality. <i>Journal of interpersonal violence</i>. https://doi.org/10.1177/0886260520909193</p>	<p>Culpar as mulheres, meninas e mães pelo abuso; Mulher como responsável por estabelecer e manter limites; Sexo como prazer e poder masculino; Sexo como expressão masculina; Sexo como irrestrito para homens; Mulher deve controlar sexualidade masculina; Homem como naturalmente agressivo sexualmente; Mulher como protetora dos filhos; Consentimento como responsabilidade feminina; Homens não podem recusar sexo; Mães e filhos são culpados; Homens não são culpados; Homens devem responder a todas as oportunidades de sexo disponíveis; Ideologia do ganha pão; Mulheres culpadas por trabalhar fora; Mulheres culpadas por homens estarem em casa; Mulheres responsáveis pelos cuidados infantis (atividade principal); Homens como predadores sexuais; Homens não são confiáveis; Mulheres e meninas devem ajustar suas vidas para se adequar; Mulheres devem monitorar, guardar e proteger suas filhas; Meninas grandes eram mais culpadas: cabelo, vestimenta, comportamento, corpo; Meninas devem ser treinadas, como se portar, se vestir, sentar; Proteger os homens era proteger a reputação; Abusadores continuam sem punição e desfrutando de benefícios; Vergonha em explicitar o abuso; Igreja como local seguro contra fofoca, mesmo com risco de abuso; Medo da fofoca e do estigma por pais e comunidade; Medo que todos soubessem; ASI deveria ser ocultada, não revelada; Ausência de reconhecimento de responsabilidade masculina; Abusadores se ocultam por um tempo, e retornam; Família pressiona o abusador a confessar e abusado a perdoar; Agressor permanece em casa; Cria situação de descrédito; Pressão da família pra retratação ou supressão e também por não aceitação e medo de estigma; Vítimas silenciam pra proteger desonra familiar; Vítimas se tornam responsáveis pela honra/desonra, acima de suas necessidades; Abusadores com poder em uma comunidade (intocáveis); Manter segredo produz sensação de impotência (consequências do silenciamento); Não pode resistir, evitar nem dizer, vítima responde acomodando-se ao abuso (síndrome da acomodação); Vítima acredita que é responsável pelo abuso, que deve cooperar em nome da família; Acomodação permite e incentiva o abusador a aumentar abusos sem medo de revelação; Crianças e meninas são vulneráveis; Casa é lugar perigoso; Meninos são incentivados a sair e se expor aos perigos; Meninos caseiros considerados afeminados (na barra da saia da mamãe); Meninas precisam ser vigiadas e protegidas contra predadores; Comum envolvimento de homens mais velhos e meninas menores de idade; Comum abuso em troca de ganho financeiro ou material (ASI transacional); Sexo como pressão dos pares ou para tornar-se mulher; Meninas confundem sexo com amor; Comportamento masculino aceitável aprendido com pares é oposto ao feminino; Pais incentivando filhos e a fazerem sexo e gerarem filhos como mecanismo de validação heterossexual; Justificativas para meninas com homens mais velhos: experiência do homem, para ganho material e para preservar sua reputação; Atenção aos estudos e livros percebida como feminina; Meninos são rebeldes; mulheres devem ser controladas, enquanto os homens devem ter liberdade sexual; meninos são encorajados a serem sexualmente ativos desde muito cedo; Atividade sexual heterossexual precoce como prevenção e proteção contra homossexualidade; Ideias religiosas eram parâmetros subjacentes poderosos das ideologias de gênero; religião usada para justificar a dominação masculina ou a divisão sexual do</p>

	<p>trabalho; Meninos abusados por homem causa mais desconforto, é pouco abordado; As meninas eram levadas mais a sério do que os meninos no ASI; É esperado que meninos sejam mais sexualmente agressivos; Meninos são mais hesitantes/relutantes em revelar abuso; Masculinidade de meninos é afetada ou diminuída; Vitimização masculina por mulheres percebida como normal (aceitação social); Pouca educação sexual, especialmente para meninos; Homens justificam que a sociedade aceita o ASI, apesar de ser errado; Explicações: direito de ter múltiplos relacionamentos: buscar meninas mais novas por insegurança e crise de meia-idade; Motivo pelo relacionamento de jovens: pobreza; Relações governadas por trocas econômico-sexuais; Contribuir para manutenção e educação como pais ou padrastos deu-lhes esse direito (sexual); Recompensa esperada e troca normativa (ciência das mulheres): importante para manter sua autoestima e identidade de gênero masculina; Visto como rito de passagem sexual intrafamiliar; relação de produto e posse; preferência sexual por “novinhas”; Homem recusar sexo sinal de homossexualidade; consumo de álcool e expressão de masculinidade violenta contribui para abuso (homens mais corajosos/agressivos); Crianças e mulheres vulneráveis; Alvos de afirmação de masculinidade.</p>
<p>Rooney, L. (2020). Gendered perceptions of child sexual abusers: the paradox of the “vulnerable other”. <i>Journal of Contemporary Criminal Justice</i>, 36(4), 559-581. https://doi.org/10.1177/1043986220936099</p>	<p>Abusadores experimentam traumas ou vitimização; Cultura do abuso: contato sexual impróprio se torna habitual e normativo; Abuso intergeracional: sem evidências consistentes; Mulheres são mais vulneráveis ao ASI, são mais vitimadas; Profissionais atribuem justificativas diferentes a abusadores homens e mulheres; Todos envolveram questões psicológicas e trauma, vitimização, abuso; Pensamento crimínogênico e moral distorcida apenas para homens (homens são ruins, agressivos e maus); Mulheres eram só doentes mesmo; Atribuem a não ver mulher como má ou com desejos sexuais. Manter segurança masculina do papel feminino: Homens experimentam rejeição dos colegas e pouca conexão; Mulheres sofrem violência doméstica, relações sexuais não saudáveis, abuso sexual e estupro; mulheres como vítimas crônicas, persistente, duradoura e recorrente; apenas um dos fatores, não determinista; sexualidade atribuída a homens; negação de abuso realizado por mulheres; atribui a noção de sexualidade feminina e suas transgressões ainda serem tabu; perpetradores homens estão em todas as classes e se escondem muito bem, são calculadores racionais perigosos; mulheres vulnerabilizadas: viciadas, socioeconômica baixa, marginalizadas; ASI entre mulheres e meninos é categorizado como abuso racionalmente, mas não é reconhecido como tal; profissionais reconhecem como complexo e não visto, rito de passagem, é social, em benefício do homem; abuso não real; homens são perigosos e dissimulados, mulheres são vulneráveis, inofensivas (vítimas); abuso satisfaz desejo masculino de domínio e controle sobre vulnerável; motivos para abuso em homens: hierarquia, controle, poder, autoridade e dominação; atribui a masculinidade hegemônica e a traços comportamentais masculinos normativos; reforça a ideia que homens são perpetradores típicos; homens são predatórios e calculistas; sexo é expressão de poder; mulheres são o oposto de predatório ou dominante; mulheres são ingênuas, vulneráveis e desamparadas; mulheres abusam por coerção masculina (intimidadas e induzidas); mulheres se submetem ao desejo e necessidades dos parceiros, e abusam porque são vulneráveis e temerosas ou desamparadas e não sabem mais o que fazer; talvez não abusassem sem influência do homem; mulheres são intimidadas ou se permitem, são influenciáveis e</p>

	<p>tem dificuldade de se afirmar; casais co-infratores não consideraram mulher como igual ou impositora; homens como dominantes e mulheres como coniventes e submissas; negação do abuso por mulheres; incapacidade de explicar e negar a intenção sexual; gênero impacta no curso de ação e no risco de reincidência (no processo deliberativo); maior sanção comunitária se agressora é mulher; pedem mais informações dos homens, não das mulheres; mulheres menos propensas a rescindir; profissionais menos propensos a punir abusadoras; narrativas distintas de gênero pra interpretar abuso; consonância com estereótipos de gênero tradicionalistas em relação às normas masculinas e femininas; mulheres foram caracterizadas apenas como vulneráveis, enquanto homens como vulneráveis e calculistas; homens dominantes e com grande apetite sexual, de maior risco; coincide com roteiros sexuais tradicionais e dogma patriarcal; mulheres são vítimas crônicas; mulheres são fracas, infantis, nutridoras e precisam da proteção masculina; aspectos sexuais foram ausentes sobre mulheres; mulheres não têm impulso sexual; sexo com o único propósito de expressar amor; mulher abusadora ameaça a conceituação da sociedade ocidental do que significa ser mulher; mulheres são resgatáveis, alguns homens não são; Sistema jurídico também é masculinizado (como a saúde).</p>
<p>Small, J. L. (2019). Constructing Sexual Harm: Prosecutorial Narratives of Children, Abuse, and the Disruption of Heterosexuality. <i>Gender & Society</i>, 33(4), 560-582. https://doi.org/10.1177/0891243219846598</p>	<p>Dano sexual como construção social dos efeitos do ASI; ASI como ameaça a ordem social normativa; vitimização sexual é de gênero e também heteronormativa; abusos que fogem do esperado são mais difíceis de serem considerados como tal; ASI de mulher para menino é minimizado porque não afeta a heterossexualidade; perda da pureza sexual, inocência perdida, humanidade, perda da alma, essência, tudo que é divino; sustentada por ideias culturais sobre significado de virgindade; virgindade como presente no casamento heterossexual; procedimentos médicos influenciados por estruturas sociais; caracterização de gênero do trauma físico: vagina aberta, sobrepeso, vermelhidão genital, inchaço e coceira; efeitos do ASI e desvios sexuais (estigmatização); meninas, promiscuidade; patologia a sexualidade em adolescentes; relaciona a efeitos adversos da pobreza; participantes apontavam consequências sexualizadas: mulheres promíscuas, homens abusadores; história de abuso e indústria do sexo; promiscuidade é encorajada no sistema de masculinidade hegemônica; risco de ser futuro predador sexual; resultados dicotômicos de gênero; mulheres sempre em vulnerabilidade; homens sempre em posição de agressor sexual; trajetória de vida normal vs. anormal (Foco na sexualidade); preocupação com o comprometimento da virgindade em meninas; preocupação com a futura identidade sexual em meninos; terapeutas tentavam restabelecer a heteromasculinidade; estigma duplo do trauma sexual e heterossexualidade comprometida; vieses de raça e classe; tolerância antinatural, normalização; criar narrativa que ressoa no sistema de normas e valores da comunidade local (ASI passa a ter dano social); narrativa que se alinha às ideologias dominantes sobre a ordem social mais importância das minúcias jurídicas; representações da mídia sobre o abuso sexual infantil; existem comportamentos e emoções aceitáveis atribuídos às vítimas; desempenho é baseado em papéis de gênero, com menino apresentando raiva, menina apresentando choro; sustenta a reprodução da ordem social.</p>

Toews, K., Cummings, J. A., & Williamson, L. E. (2018). Warmth, competence, and blame: examining mothers of sexually abused children within the stereotype content model. *Journal of interpersonal violence*, 36(11-12), 5334–5359.
<https://doi.org/10.1177/0886260518805773>

Falha atribuída a características e comportamentos da mãe; Tempo insuficiente; Não atendia às necessidades de seus filhos; Comprometimento com papel materno; Mães empregadas; Mães fora de casa, mesmo para comprar mantimentos; Atividades extracurriculares (compras, passar tempo com amigos); Reputação; Relação entre criança e agressor; Quantidade de tempo gasto com a criança; Hostilidade em geral para mães de crianças abusadas; ASI é automaticamente falha da mãe; Mãe deve simplesmente saber; Estereótipos podem evocar emoções e sentimentos; Preconceito desdenhoso evoca raiva e nojo; Reações emocionais evocam comportamentos; ASI era evitável; Mães devem ficar em casa; não confiar em certos provedores de cuidados, sempre estar ou andar com as crianças, limitar as atividades pessoais; mães solteiras são mais culpadas que casadas; perpetradores padrastos resultam em mais culpa à mãe; culpabilização ocorre nas esferas sociais e judiciais.